



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0554/08	DATA: 06/05/2008
INÍCIO: 14h55min	TÉRMINO: 17h57min	DURAÇÃO: 03h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h02min	PÁGINAS: 66	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DO CARMO GARGAGLIONE – Fonoaudióloga e Perita do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 31ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das 29ª e 30ª reuniões. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, fica dispensada a leitura das atas.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para ouvirmos a Sra. Maria do Carmo Gargaglione, fonoaudióloga e perita do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro.

Convido a Sra. Maria do Carmo Gargaglione a tomar assento à mesa.

Antes de passar a palavra à expositora, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido à expositora será de 10 minutos, não podendo ser apartada. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas considerações. O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para suas considerações, computado nesse tempo o prazo para as respostas da expositora. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para suas considerações, computado nesse tempo o prazo para as respostas da expositora.

Antes de passar a palavra à Sra. Maria do Carmo Gargaglione, gostaria de informá-la que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para apurar uma série de denúncias publicadas na revista *Veja*, tecendo comentários de que Ministros da Suprema Corte do País se sentiam invadidos na sua privacidade ou ameaçados pela possibilidade de escutas. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito estabeleceu 3 linhas de atuação. Primeiro, quanto às escutas legais, para



saber: quem as requer, quem as executa, quem as fiscaliza, de que forma é colhida essa prova e de que forma essa prova é materializada nos autos. Depois, a segunda vertente são as chamadas escutas ilegais: quem as faz, de que forma são punidos esses indivíduos, quem faz a persecução criminal dessas pessoas. E a terceira vertente são os equipamentos utilizados para fazer as interceptações: quem os produz, quem os adquire, quem fiscaliza essa comercialização. Esse é o escopo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

V.Sa. tem a palavra por até 10 minutos para suas considerações iniciais a respeito do trabalho que desenvolve.

Com a palavra a Sra. Maria do Carmo Gargaglione.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Boa-tarde a todos. É um enorme prazer para mim poder estar aqui. Agradeço o convite aos Deputados Nelson Bornier e Hugo Leal. Agradeço ao Deputado Marcelo Itagiba. Eu espero poder passar, neste período que eu tenho, todo o meu conhecimento, toda a minha experiência, desde quando iniciei a minha atividade profissional. Eu sou fonoaudióloga há 22 anos, sou funcionária pública e atuo atualmente no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, cedida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Eu preparei uma apresentação em PowerPoint, porque eu achei que iria ilustrar melhor, daria um panorama geral do que nós fazemos. Eu gostaria de pedir que apagassem essa luz, porque a imagem vai ficar um pouco melhor. De uma forma geral eu vou falar sobre a fonoaudiologia forense. Existem algumas diferenças entre fonética forense e fonoaudiologia forense. Por ser fonoaudióloga com formação em Fonoaudiologia e pós-graduação em voz e áudio, a minha atividade e da minha equipe é uma atividade de fonoaudiologia forense. *(Segue-se exibição de imagens.)* Nós vamos assistir aqui alguns trechos de colheita de material. São todas ações públicas. *(Pausa.)* Primeiro, vamos entender o que é Fonoaudiologia. Fonoaudiologia é a ciência da comunicação humana. Tudo o que envolve comunicação, seja ela escrita, falada, gestual, aquilo que é dito, a intenção do que é dito, todos os aspectos da comunicação humana são aspectos estudados por essa ciência que é a Fonoaudiologia. Um pouco do histórico, para que a gente possa se situar nessa questão de perícia de voz, de análise de conteúdo, de textualização. Vou passar rapidamente, pelo tempo, que é curto. Mas, na verdade, a perícia de voz



e a análise de escutas são coisas bastante antigas, algo que começou ainda na Segunda Guerra Mundial. Começou nos Laboratórios Bell, nos Estados Unidos. Alguns engenheiros e alguns policiais da cidade de Michigan começaram a se reunir para tentar desenvolver essa técnica, porque era uma época de muitas ameaças; depois da guerra. Surgiram as ameaças do terrorismo, de bombas, e ameaças feitas por telefone. Então, havia um grande interesse em se armazenar essas conversas, analisar e identificar o autor dessas conversas. Isso caminhou durante alguns anos até que, por volta de 1968, juntam-se a esse policial e a esse engenheiro um professor de Ciências da Comunicação, Dr. Oscar Tosi. O Dr. Oscar Tosi, da Universidade de Michigan, vai aparecer aqui nessa fotografia, que eu trouxe inclusive para mostrar para os senhores que uma das alunas dele é uma grande fonoaudióloga brasileira, a Dra. Mara Behlau, que aparece nessa fotografia com o Dr. Oscar Tosi. Então, é motivo de orgulho para nós, porque essa foto é de 1978. Então, o Brasil na verdade, nessa época, já tinha uma fonoaudióloga no berço da identificação de locutor. Mas a Dra. Mara Behlau, que mora em São Paulo e realiza um brilhante trabalho, passou a se dedicar mais à área de saúde, de reabilitação, e acabou não dando continuidade a esse aprendizado que teve na Universidade de Michigan, quando ela teve a oportunidade de trabalhar com o Dr. Oscar Tosi. Nessa foto vocês estão vendo um espectrógrafo analógico, equipamento que retira as ondas sonoras e auxilia na identificação do locutor. Eu estou mostrando isso porque a gente vai discutir também essa questão de equipamento e acho muito importante que os senhores conheçam exatamente o que é mito e o que é verdade em relação à identificação do locutor. Bom, trouxe para vocês também algumas reuniões que aconteceram fora do País, até para situá-los também e situar a minha trajetória profissional. Como falei anteriormente, sou funcionária pública, fonoaudióloga há 22 anos, atuei muito tempo do serviço público e eu atuava em perícia de voz, mas com o enfoque voltado para a saúde ocupacional, para as doenças oriundas do mau uso e do abuso vocal. E por conta disso eu me interessei muito pelo tema perícia e percebi que o nosso País não tinha desenvolvido essa ciência. Nós temos pouquíssima bibliografia nesse assunto, não temos quase nada de pesquisa e um trabalho muito tímido feito no Brasil. Então, eu fui buscar esse conhecimento fora do País e tive a oportunidade de participar de alguns congressos. Eu trouxe algumas



imagens. Esse aqui aconteceu em Denver. Foi o Congresso de Áudio Forense na Era Digital, em que participavam desse Congresso diversos governos de países da Europa, dos próprios Estados Unidos. E uma das coisas que pude observar em todas as minhas idas ao exterior para me capacitar é que nunca tinha nenhum brasileiro. Eu era a única brasileira. E uma coisa que me deixou de certa forma, num período, até um pouco triste, decepcionada, é que numa das reuniões era para mostrar como andava a perícia de identificação de locutor na América do Sul. Eu achei que ali eu ia encontrar alguma coisa relativa ao nosso País e que alguém ia falar do que era feito no Brasil. Só que a América do Sul para eles termina na Colômbia. Tinham 20 fonoaudiólogas da Colômbia que foram treinadas pelo FBI e que atuam principalmente no combate ao narcotráfico e dali para baixo simplesmente nós sequer existimos. Então, aproveito isso para colocar um panorama para os senhores de que realmente nós vivemos na pré-história desse tipo de atuação de identificação de locutor e de análise de conteúdos das conversas. Bom, quando eu vi que aqui no País eu não teria onde buscar conhecimento, eu continuei buscando esse conhecimento fora e passei a integrar um grupo de estudo na Universidade de Denver. Esse grupo é composto por diversos especialistas engenheiros e é lá que encontro certo retorno nas investidas nesse mundo da perícia. Isso aqui foi um outro evento também proporcionado, que foi na cidade de São Francisco, na Califórnia. Apesar de ser um ponto turístico, nós tivemos aula dentro de Alcatraz. Porque a preocupação deles é muito grande, principalmente depois do atentado de 11 de setembro, inclusive a questão com a voz do Bin Laden, com a fita do Bin Laden, e áudio anda junto com o vídeo. Então, a visão lá, o estudo e a dedicação da ciência nesse aspecto não separa isso. Áudio e vídeo são coisas vistas ao mesmo tempo em termos de perícia para identificação de locutor. Esse foi no ano passado, em Nova Iorque. Foi um grande congresso de áudio também na era digital. E dentro desse grande congresso nós tínhamos também essa parte dedicada. Uma coisa que me chamou a atenção, também muito interessante: houve um momento em que o governo de outro país aqui da América do Sul solicitou a esse grupo que indicasse um profissional para realizar perícia, e eles acabaram inclusive dando a minha indicação. Eu não pude aceitar o encargo, porque umas das coisas essenciais é que o perito seja nativo da língua. Mas como era algo que



envolvia o governo, e acho que eles não queriam que isso vazasse — esse é um outro problema também, o controle que se tem em relação ao material que fica armazenado nas escutas —, eles fizeram essa solicitação, e eu acabei não podendo aceitar por conta da limitação da língua. Queria falar um pouco para os senhores também sobre reconhecimento de voz e identificação de voz, porque são coisas diferentes. Reconhecer voz é o que o celular da gente faz. Quando nós conseguimos ir para um lugar isolado, falamos o nome de uma pessoa numa determinada intensidade, numa determinada velocidade, criamos um banco de dados e depois nós passamos a acessar esse banco de dados com o comando de voz. Isso é reconhecimento de voz, que, apesar dos grandes esforços, ainda apresenta muitas falhas, tanto é que a maioria das pessoas não utiliza esse recurso, porque nem sempre o equipamento entende direito. Assim acontece no atendimento de *telemarketing*. Quando vamos falar com a máquina nós sentimos uma imensa dificuldade, porque a máquina não é capaz de nos compreender. Isso já cria — e eu gostaria de neste momento já deixar com os senhores — um ponto a ser pensado: não existe nenhuma máquina capaz de reconhecer, de identificar a voz de alguém, a não ser que tenha um especialista introduzindo dados nessa máquina. Existe um folclore muito grande em relação a isso e existem muitas promessas, inclusive de fabricantes de *softwares*, de que existem sistemas sendo desenvolvidos para a identificação do locutor. É impossível, a não ser que nós tivéssemos condições de criar bancos de dados com vozes e formas de falar de todas os habitantes da face da Terra. E mais, esses bancos de dados deveriam ser criados também com as diversas situações, quando eu estou triste, quando eu estou alegre, quando eu estou chateada, quando eu estou gripada. Então, devido à diversidade de comportamento do humano, a gente já começa a perceber que eu acho que eu não vou viver o suficiente para descobrir isso. Com relação ao profissional que trabalha nessa área, que atua nas escutas telefônicas do ponto de vista da análise pericial e da análise do conteúdo, é essencial a natureza científica desse profissional, a natureza investigativo-científica. É impossível, na minha concepção, se obter uma análise livre de erros se quem estiver por trás dessa análise não tiver a formação básica, o domínio do conhecimento de todo o processo da comunicação humana. Parece simples abrir a boca e falar. Só que no momento em que eu sento aqui, abro a boca,



começo a falar e olho para uma platéia que eu não conheço, sei onde estou, sei do peso da minha responsabilidade, tudo isso, neste momento, no meu *background*, no meu cérebro, atua norteando o que vai ser dito. E esse processo, apesar de muito rápido, é extremamente complexo, e vou tentar mostrar também um pedacinho para os senhores. Então, a análise de qualquer conteúdo, se for feita com alguém que apenas ouve e transcreve, ou tenta interpretar, em algumas situações pode ser que essa análise deixe escapar alguns detalhes que são importantes. A comunicação é a ação social de tornar comum. Essa é uma definição simples, porém muito importante. A partir do momento em que eu troco alguma coisa com alguém, seja falando ao telefone, seja falando num gabinete, conversando num restaurante, mandando um bilhetinho, a partir desse momento eu já tornei aquilo de alguma forma comum, e nesse tornar comum é essencial que exista um código e que esse código seja compartilhado pelas pessoas que vão poder ter acesso àquele tipo de informação. Para a comunicação acontecer é essencial que 3 sistemas estejam funcionando: a fala, a voz e a linguagem. A identificação de um locutor se baseia na análise desses 3 comportamentos, desses 3 processos. Não é só a voz que se identifica, não é só a voz que diz que é aquela pessoa que está falando. É a voz, é o que ela diz, como ela diz, é o que ela pensa em falar e o que o outro entende. Quem de nós aqui nunca foi vítima de uma situação em que a pessoa não entendeu exatamente aquilo que se estava querendo dizer? *“Não foi bem assim que eu falei. Você me entendeu mal”*. Comunicar — a comunicação — é algo extremamente complexo. Nessa cadeia de desenvolvimento, é uma das últimas aquisições do humano, tamanha a complexidade dela. Aqui — vou passar para os senhores também rapidamente — nós temos 2 processos de comunicação: a vocalização proposicional e a emocional. A vocalização proposicional é aquela que, quando eu quero falar alguma coisa, eu planejo o que eu vou falar, eu tenho uma intenção bem determinada com relação à mensagem que eu quero que seja transmitida. E a vocalização emocional é quando eu perco um pouco esse controle. Geralmente, isso acontece em situações em que a emoção começa a atuar mais forte. Nesse quadro que eu não vou ler para os senhores tem aqui todo o processo neurofisiológico que acontece quando nós vamos falar alguma coisa. Algumas coisas são controláveis e outras não são controláveis. Se eu passar do tempo, o senhor me avisa, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Olha, vou dizer para a senhora que está tão interessante que a senhora pode passar o tempo que quiser, porque nós estamos aprendendo muito com o que a senhora está nos falando e é importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito

A senhora tem o tempo estendido.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Muito obrigada. Bom, então, como os senhores podem ver, nós temos aqui o córtex pré-frontal, que, aliás, é a... fica atrás da testa. *“Quem não tem testa não contesta”* — esta é uma fala que nós usamos muito, porque a nossa capacidade de contestação, a nossa capacidade de comunicação, ela reside exatamente aqui, atrás da testa. Em todos os animais, nos mamíferos, nós podemos observar que os mais inteligentes são aqueles que têm testa, justamente por conta desta região, que é a região responsável pela linguagem. Linguagem, entenda-se fala, oratória e tudo o mais. E nós temos aqui uma série de outras regiões, como, por exemplo, o corpo amigdalóide. É muito interessante, porque, no momento em que eu estou falando, é como se eu tivesse um *chip* no meu cérebro, que ele pegasse experiências que eu já vivi, aulas que eu já dei, reuniões de que eu já participei, depoimentos que eu prestei, e ele me desse essas informações de uma forma muito rápida, para que eu passasse a reconhecer na expressão dos senhores se eu estou sendo entendida, se eu não estou, se a minha fala está tediosa ou se eu estou me aprofundando demais num tema que é muito científico. Então, isso eu consigo através de outras experiências que eu tive, e eu tenho esse processo acontecendo continuamente. Entendam os senhores que isso acontece com todos nós o tempo todo, inclusive quando nós falamos ao telefone. Inclusive, quando falamos ao telefone e não queremos que mais ninguém saiba o que nós estamos falando ao telefone, trazendo um pouco o tema para a CPI.

Então, nesse momento em que eu falo algum segredo ou que eu falo algo que precisa ser muito guardado, esse meu comportamento, eu tenho lá, o meu corpo amigdalóide avisando o seguinte: “se isso vazar, você vai ter problemas”. Mais ou menos assim, trazendo isso para a prática. E isso altera o meu comportamento comunicativo. Na hora em que eu falo, eu estou transmitindo não só a mensagem, mas eu estou transmitindo toda a minha emoção, a minha aflição, os meus sentimentos. Isso tudo vai junto com a voz. A voz realmente é o veículo mais



possante da nossa emoção. Aí, entra a grande importância do especialista na comunicação, porque esse profissional, ele é capacitado a analisar e interpretar quais as mudanças naquela fala que indicam determinadas emoções, como medo, raiva, tensão, dissimulação, entre uma série de outras coisas. Vejam bem: as pessoas comuns, as que têm um pouco mais de percepção, conseguem também notar quando alguém está mentindo, quando alguém está inseguro, quando alguém está sendo belicoso, tudo isso através da forma com que essa pessoa fala. A diferença é que o leigo não consegue explicar isso tecnicamente, colocando num relatório ou num laudo e justificando o porquê de ele estar dizendo que fulano está ameaçando beltrano, o porquê de fulano estar sendo ameaçado. Muitas vezes, nós pegamos conversas que são codificadas o tempo todo, conversas com os mais diversos códigos possíveis. Em algumas situações, por exemplo, alguém vai fazer um depósito, e a pessoa pergunta: *“Você já foi ao restaurante? Você já almoçou?”*. Então, se o assunto é realmente “se já foi ao restaurante, se já almoçou”, o receptor percebe aquela mensagem como real e devolve da mesma forma. Se é um código estabelecido — e, geralmente, esses códigos não são tão combinados assim, eles são montados na hora —, a pessoa modifica o modo de falar e utiliza aquelas palavras. Uma coisa é eu chegar e falar: “Já almoçou? Está na hora do almoço”. Estou sendo, de certa forma, natural. Notem que eu não sou atriz, então, não consigo fazer isso tão bem quanto atores fazem. Mas se eu chegar e falar: “E, aí, você já almoçou?”, eu já dei um outro tom a minha fala, completamente diferente. Dependendo do que eu tenha negociado anteriormente com o meu interlocutor, ele vai entender que eu não estou perguntando pelo almoço. É assim que se processa a comunicação. E o que mudou? Mudaram vários aspectos, mudaram vários parâmetros nessa fala. E esses parâmetros precisam ser analisados, para que se tire algum tipo de conclusão. Nesse momento, não basta só o ouvido. Abro um parêntese para uma coisa que eu julgo bastante interessante: existem alguns estudos feitos no exterior que analisam a função cerebral durante a decodificação das emoções pelo ouvinte. Então, são colocadas diversas frases e eletrodos, e se acompanha, através da imagem cerebral e da atividade elétrica cerebral, como que aquele ouvinte interpreta aquela emoção. Eu sou obrigada a passar para os senhores — vejam bem: isso não é uma fala minha, isso é uma fala científica, está



num livro recém-lançado, agora, em janeiro de 2008, *As Emoções através da Voz*, depois eu posso até passar o autor. Nessas imagens cerebrais fica bastante claro que o cérebro feminino, ele decodifica, ele tem uma área muito maior do que a do cérebro masculino e que entra em atividade na hora de decodificar as emoções. Diferenças à parte, não estou fazendo apologia entre homens e mulheres, mas é importante salientar que a mulher, pela sua própria função da maternidade, ela é obrigada a aprender a decodificar alguns sons por conta da cria, do bebê. Como é que a mulher interpreta o choro do bebê? Quem é mãe sabe se ele está chorando de fome, de raiva, de pirraça. Isso tudo é percebido através do som que ele produz. A quantidade de células cerebrais envolvidas nessa interpretação, na mulher, acaba sendo maior. Isso é algo que eu estou colocando para os senhores porque faz parte do que eu venho estudando. Até que ponto essa pesquisa foi realizada com todo o controle que merece, eu também não posso afirmar aqui. Mas faz um certo sentido, desse ponto de vista da questão da interpretação da comunicação, antes mesmo que surjam as palavras. Aqui, eu vou mostrar rapidamente, nós falamos sobre proposicional e emocional. Então, só para que os senhores percebam, a gente tem um vídeo e, neste vídeo aqui, os senhores estão vendo como que acontece a transmissão dos estímulos no cérebro quando existe a vocalização proposicional, que é diferente da vocalização emocional. São áreas distintas que se envolvem. O que eu acho interessante disso é que na hora em que a emoção atua mais forte do que a razão é quando se perde o controle, é quando essa análise se torna mais elaborada. E essa análise, nesse momento, ela realmente vai precisar do especialista para que possa fornecer dados concretos. Aqui eu tenho mais uma série de *slides* que vão mostrar toda essa atuação muscular. Eu não vou ficar passando *slide* por *slide*. Mas é apenas para que os senhores entendam que é uma coisa simples: todos nós, quando estamos tensos, sentimos que dói o pescoço, ou que eu travo a minha mandíbula ou que a minha pálpebra fica piscando ou minha boca fica seca. Nós temos uma série de sintomas. E esses sintomas são incontrolláveis. A partir do momento em que o sistema medroso entrou em ação, esses sintomas surgem, e a gente realmente não consegue controlar. Isso tudo é muito involuntário, e posso citar um exemplo: pessoas com muita raiva, às vezes, perdem a fala, não conseguem falar. Por quê? Porque na hora da raiva, o nosso aparelho fonador, ele é



programado para a gente se defender agredindo ou fugindo, saindo correndo. Então, na verdade, a nossa laringe, que é quem produz esse som, ela funciona como um esfíncter, ela precisa fechar, travar, para guardar pressão aérea, liberar os braços e eu ter gás, combustível para ou atacar o meu opositor ou sair correndo. Dentro do mundo civilizado, quando não podemos fazer nem uma coisa nem outra, o que acontece? Mudamos a nossa voz, alteramos a nossa voz, porque, aí, ao invés de socar ou de correr, nós vamos discutir, nós vamos falar. Então, há toda uma adequação, uma modificação da estrutura muscular fazendo a elevação da laringe, e, com essa modificação dessa estrutura muscular, o que acontece? O produto sai diferente. Para descrever isso, é preciso descrever todos os achados fisiológicos, tudo o que aconteceu. Por que aquela pessoa fala de uma maneira, mas, naquela conversa, naquele contexto, ela está falando de uma outra forma? Porque aconteceram modificações ligadas diretamente ao estado emocional dessa pessoa no ato daquela comunicação. Então, aqui, mais uma vez, mostrando só mais um vídeo, toda essa estrutura é envolvida. Dentro da laringe, nós temos músculos muito pequenos. A nossa prega vocal, que é a corda vocal, que é o que faz o som produzir, nas mulheres ela mede 7 milímetros. É uma estrutura mínima, mas por ser mínima, ela é extremamente delicada e sensível a qualquer alteração de humor que possamos ter. Quando nós falamos ao telefone com alguém que conhecemos bem, profundamente, pelo “alô”, nós já sabemos se aquela pessoa está aborrecida, se não está, se acordou aquela hora, se está chateada. Todo mundo faz isso: “*O que houve?*” — “*Nada.*” — “*Não, mas eu te conheço, eu sei o que aconteceu.*”. Isso é uma prática comum do dia-a-dia, porque nós desenvolvemos essa habilidade. E eu volto a repetir: a diferença entre um especialista e um leigo é ter a competência de explicar e justificar em bases científicas aquilo que está sendo afirmado. Aqui eu trouxe algumas imagens desses músculos. São músculos que entram em atuação simultânea. Então, enquanto nós falamos, todos eles aqui entram em movimentação. Os senhores podem ver que são diversos movimentos minúsculos que acontecem ao mesmo tempo. Imaginem os senhores que enquanto eu estou falando, a cada segundo, apenas um grupo muscular meu faz 180 movimentos por segundo, isso porque minha é a minha frequência da voz. Os homens costumam fazer menos, em torno de 90, porque as vozes masculinas são vozes mais graves.



Então, imagina controlar toda essa atuação, toda essa movimentação, e descrevê-la num laudo de identificação de locutor. Aqui é uma outra imagem. Esta imagem mostra exatamente o momento em que a voz é produzida. Isto que nós estamos vendo aqui é a prega vocal, é como se eu tivesse feito um corte e tivesse olhando por trás. O que abre e fecha são as pregas vocais, que se tocam, e o que passa ali no meio, o branquinho, é o fluxo aéreo. Então, o tamanho dessa estrutura, a velocidade em que a corrente aérea passa por ali, o ciclo de abertura e fechamento, se subiu, se desceu, se basculou, tudo isso vai dar identidade àquele locutor, vai dizer quem está falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só um minutinho, por favor.

Deputado Simão, V.Exa. poderia assumir por um momento? *(Pausa.)*

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Aqui, vou mostrar também para os senhores um outro vídeo. Neste outro vídeo aqui, nós temos a produção das vogais. Eu acho melhor ele não falar, porque, senão, ele vai ficar fazendo todas as vogais aqui. Mas são vídeos que tentam passar toda essa movimentação interna, porque, durante a produção das vogais, acontece uma modificação da boca e da língua, só que essas modificações que ocorrem dependem também das estruturas anatômicas. Nós temos pessoas com boca grande, boca pequena, queixo para frente, queixo para trás, com nariz largo, o dentuço. Toda essa alteração anatômica influencia diretamente na identificação de quem fala, na identificação do locutor. São os vídeos também das consoantes. Eu vou passar, porque já é uma parte muito técnica. E, aliado a tudo isso, dando um colorido final, existe uma coisa chamada ressonância, que é o tamanho dos tubos e cavidades que fazem com que a voz se projete além do lábio. Tudo isso vai caracterizar também o nosso locutor. Então, de uma forma resumida, a identificação de alguém, através da sua conversa, é dada levando em consideração uma série de critérios: configuração anatômica, o aprendizado, porque influencia diretamente no nosso vocabulário, sexo, idade, saúde geral, psicodinâmica vocal, uso de drogas, medicamentos. Algumas pessoas tomam medicação para hipertensão, o que faz com que a boca se torne mais seca. Com essa boca mais seca, essa pessoa precisa forçar a deglutição em algumas vezes, o que acaba criando também algumas assinaturas, algumas marcas naquela



fala. Com relação à percepção do som, também não me vou alongar, mas acho interessante que os senhores prestem atenção nesta figura aqui. O que acontece? O ouvido humano, ele tem um limite para ouvir, tanto no mínimo quanto no máximo, em termos de frequência. Eu vou traduzir para os senhores frequência como sendo os sons graves e os agudos. Então, nós vamos até um determinado ponto de agudos e dali nós não passamos. E dentro dessa gama que somos capazes de ouvir, nós temos uma região menor ainda, que é esta região central aqui, o azul mais escuro, que é a região da fala. Por que isso aqui é interessante? É interessante porque a nossa telefonia brasileira tem uma limitação de faixa de transmissão. Significa que alguns sons, quando distorcidos, não são transmitidos. Por exemplo, às vezes nós temos pessoas que soltam muito ar pelo “s”, fazendo o “s”, botando a língua entre os dentes, falando “assim”. Isso, evidentemente, quando estamos ao vivo, chama muito a nossa atenção. E, no telefone, esse modo de falar o “s” acaba não sendo tão evidente, o que pode confundir o leigo, que acha: *“Nossa, mas no telefone estava diferente”*. Então, é importante que fique claro que a nossa capacidade de audição tem limitações e, dentro dessa limitação, o próprio sistema de telefonia brasileiro, a faixa de transmissão de frequências também tem uma outra limitação. E se alguma pessoa tiver como característica algum tipo de som acima dessa faixa muito próxima de 4 mil hertz significa que numa gravação, num grampo telefônico isso pode não estar tão evidente, e para o leigo pode chamar a atenção como sendo um diferencial e que não é aquela pessoa. Aqui neste gráfico temos quais os fonemas que ficam na faixa mais alta de frequência e que podem ser de alguma forma distorcidos quando gravados através de uma escuta telefônica. Nesse outro *slide* eu vou falar rapidamente sobre a questão de digitalização do som. Porque, na verdade, nós estamos vivendo a era da digitalização, do som digital, mais precisamente a era do MP3. Hoje em dia telefone tem MP3, chaveirinho tem MP3, tudo tem MP3. Fazendo um paralelo, eu acho muito interessante ressaltar que a Lei das Interceptações é de 1996, é uma lei bastante recente, só que mais recente do que a lei que regula está o desenvolvimento tecnológico. Ou seja, hoje em dia, nós temos equipamentos... Eu trouxe um, está aqui pendurado na minha bolsa. Este equipamento, vocês podem ver de longe, isto aqui parece um chaveirinho de abrir porta de garagem, daqueles que a gente anda com eles dentro do carro. Se eu



pendurasse minhas chaves aqui e apertasse um botão numa mesa de reuniões eu estaria fazendo um grampo ambiental, conseguiria armazenar aproximadamente 9 horas de conversa, com uma excelente qualidade de áudio, porque eu estaria com um microfone aqui aberto para captar as frequências da voz humana. E, no entanto, tudo isso cabe num aparelhinho que custa 40 dólares, 49 dólares, e que pode ser colocado dentro de um bolso, em cima de uma mesa, tratado como um controle automático de abrir porta de garagem, sem que vá realmente chamar a atenção de ninguém. Não estou gravando a palestra, trouxe apenas para mostrar para os senhores. O que eu acho muito interessante é que a tecnologia foi num avanço tão grande, numa velocidade tão rápida, que hoje o que temos? Equipamentos pequenos, microfones possantes e uma grande capacidade de armazenamento. Porque nós temos hoje em memória digital. Há 2, 3 anos, um *pen drive* de 512 era algo muito grande. Hoje em dia, temos *pen drive* com 8 gigas, que cabe muita coisa e que nós podemos armazenar. E esse tipo de áudio, o MP3, é um áudio que possibilita que se tenha uma compressão desse som. Ele cai para 10% do tamanho do som, mantém a inteligibilidade, e nós podemos armazenar horas e horas de conversa em MP3. Nesse vídeo aqui de digitalização, o que é importante? A capacidade técnica existe, mas nem todo mundo sabe usar. Quando nós vamos gravar um áudio, seja ele num sistema qualquer desses de escuta dos sistemas utilizados pelas polícias, ou gravar num gravador de MP3, nós temos uma coisa que se chama taxa de amostragem. A digitalização do áudio nada mais é do que fotografias de uma onda sonora. Se eu tiro muitas fotografias num curto espaço de tempo, eu vou ter muitos detalhes daquele som, mas se eu quero economizar e quero tirar poucas fotografias, eu vou também perder detalhes daquele meu áudio. Então, o que nós precisamos entender é que a ligação entre o que eu armazeno e a forma que eu armazeno estão diretamente vinculados ao quanto eu quero gastar de memória. Quanto mais memória eu tenho para gastar, melhor vai ser o meu áudio e mais conversas eu terei para armazená-lo. Esta imagem aqui — para fazer um paralelo — todo mundo percebe que é um cachorro, certo? Alguém sabe de que raça é este cachorro? (*Pausa.*) Pensem só na raça do cachorro. Muitos podem achar que é um cachorro e não reconhecer a raça. É um golden. O que eu tinha antes? Eu tinha uma imagem digitalizada com poucos *bits*, como acontece com o



áudio. Muitas vezes, nós temos grampos com poucos *bits* que, aí, a gente não entende direito. São áudios que realmente dão mais trabalho. Quando eu aumento a quantidade de *bits* nesse meu armazenamento — e isso só pode ser feito durante a gravação, não depois, isso também é muito importante... Se eu gravo uma conversa ambiental ou telefônica, seja o que for, com economia de memória, depois eu não consigo agregar aqueles pontos que eu não armazenei. É como se fosse uma foto: se eu tiro uma foto desta sala sem aquele relógio, para eu colocar esse relógio depois eu vou precisar fazer uma montagem. Não há outra saída. A edição de áudio é uma edição destrutiva, no sentido de que nós vamos sempre desmontar aquele original para fazer um outro. Nós vamos destruir aquele original. Então, há de se ter um grande cuidado na hora de capturar o áudio que vai ser enviado para a perícia ou para a análise contextual. Aqui, mais um exemplo do que acontece quando nós temos economia de memória. Nós estamos vendo aqui uma imagem com poucos *bits*. Se eu der um ganho de *bits*, se eu melhorar, nós passamos a perceber os detalhes das bolinhas que compõem essa imagem. Tenho aqui, ao lado também, mostrando para os senhores, a diferença entre telefone, rádio e CD. Como nós podemos ver, com telefone são 11 mil hertz. Equivale que a metade desse som é transmitida, por isso que a qualidade da ligação telefônica é aquela qualidade característica, diferente. O CD... para ter a qualidade do CD de áudio que nós ouvimos nós precisamos de mais do que o dobro, nós precisamos de 44 mil hertz. Essas são algumas das diferenças técnicas. Eu agora passo a falar um pouco sobre a colheita de padrão, a textualização e a perícia em si. Colheita de padrão é um procedimento que nós fazemos quando precisamos confrontar aquele áudio, sendo que, em algumas situações, o que que nós fazemos? Quando recebemos material que vem de uma investigação ao longo de alguns meses, e é possível identificar uma pessoa, toma-se aquele áudio como padrão e, aí, não há necessidade de se colher o padrão do investigado; passamos a utilizar aquele conjunto de áudios em que foi feita a identificação por uma série de outros motivos e o tomamos como padrão. Se isso não for possível, se isso não for feito e for necessário colher o padrão para confronto, é essencial que esse padrão seja colhido na forma de uma conversa informal, num ambiente que não precisa ter absolutamente isolamento acústico. Porque, geralmente, quando nós estamos ao telefone, ou nas conversas



ambientais, como este ambiente que nós estamos aqui, a gente tem o ruído ambiental: é o ruído de alguém que se move na cadeira, uma porta, alguém falando do outro lado. Quando eu falo, esta minha fala é regulada pela minha audição. A intensidade que eu vou colocar na minha voz está diretamente ligada ao ruído que eu tenho no meu ambiente: se tiver ruído, eu falo mais alto; se não tiver, eu vou falar mais baixo; eu vou modificar a velocidade, enfim, uma série de parâmetros. Então, por conta disso, na colheita de padrão deve ser respeitado o critério de ela ser feita no ambiente com ruído ambiental normal, sem exageros. Exageros do tipo uma impressora matricial, a não ser que a gravação tenha sido feita num ambiente em que tinha uma impressora matricial ao lado, porque é preciso aproximar ao máximo esse padrão do material que vai ser analisado. Com relação a isso, vai uma crítica científica a uma metodologia de colheita de padrão que utiliza uma coisa que nós chamamos de texto dependente. O que é o texto dependente? Texto dependente é quando eu pego uma escuta, transcrevo aquele texto e peço à pessoa que ela fique repetindo aquilo para mim diversas vezes. Isso torna a fala absolutamente artificial, porque nesse momento qual é o primeiro sentimento que eu coloco naquela pessoa? Se ela disse realmente aquela frase, ela vai se sentir extremamente desconfortável de repetir numa situação de colheita. E, se ela não disse... Muitas vezes eu já participei de colheitas em que a pessoa disse para mim: *“Doutora, isso é fala de vagabundo. A senhora está querendo que eu fale igual a vagabundo?”* Então, é o tipo de situação que, na minha prática, eu comecei a perceber que tem toda uma aplicação, está sendo desenvolvido um trabalho científico para se analisar um determinado parâmetro. Então, eu posso pegar 10 locutores de rádio e botar para ler um texto dependente, que pode ser um texto dependente de um anúncio de pasta de dente. Não há problema nenhum em fazer a comparação e ver qual daquelas vozes passa para o consumidor de pasta de dente que aquela deve ser comprada. É uma informação supraliminar que está sendo passada, através da voz, mas com o objetivo bem delimitado, que é vender pasta de dente. Transpor esse tipo de técnica científica para a perícia de voz é uma coisa que eu já vi sendo feita aqui no Brasil, e que fora daqui do Brasil, voltando à oportunidade que eu tive de participar de reuniões com outros grupos, é algo que não se usa mais. E os poucos lugares em que são usados são duramente criticados pela metodologia do uso do



texto dependente. Com relação a esse material de colheita, a imagem que eu mostro aqui para os senhores é a imagem do equipamento que nós utilizamos. Eu utilizo um *laptop* que cabe na palma da mão, porque uma outra coisa: quanto mais natural for essa fala, melhor, porque eu vou comparar com uma fala natural, eu vou comparar com alguém que estava falando e não sabia que estava sendo gravado. Então, se eu tiver muita parafernália, eu vou começar a deixar aquela pessoa numa situação desconfortável. O microfone, por si só, já é algo que, para muitas pessoas, é algo ameaçador. Têm pessoas que não podem ver um microfone que já não conseguem falar com naturalidade. Então, imaginem os senhores colocar um fone de ouvido daqueles de *DJ*, botar um microfone desses com fio! Em algumas situações eu preciso colher voz de réu preso — são réus perigosos, e eu prefiro que esses fiquem algemados. Então, está o sujeito algemado, não sabe segurar o microfone, fica com aquele microfone balançando, fazendo o barulho da algema. Quer dizer, é uma situação totalmente artificial. Se eu tenho noção que aquela escuta... Por exemplo, o sujeito estava num baile *funk*, conversando. Então, pegar um sujeito desse, colocar com microfone, um fone de ouvido e todo um equipamento, uma parafernália, é óbvio — e eu, sentada na frente dele, que não faço parte do ambiente dele —, é óbvio que ele vai falar comigo de uma maneira absolutamente artificial. E, muitas vezes, eles não têm fluência na leitura. E aí o texto dependente se torna também prejudicial por conta disso. Então, quanto menor o equipamento, melhor. O nosso *laptop* é um *laptop* Sony Vaio, deste tamanho, cabe na palma da mão. Ele é um *laptop* como outro qualquer, mas ele é usado só para colheita, justamente pelo tamanho. Ele é menor do que este que eu trouxe aqui. O microfone é do tamanho de uma unha. É um microfone excelente, ele é *business*, ele é para reuniões de negócios. Então, eu coloco... O pedestal dele tem 10 centímetros. Eu coloco aquele meu microfone daquele tamanho, e com isso, quanto mais eu vou deixando a pessoa à vontade para falar, quanto mais eu vou conversando, falando de assuntos que não têm nada a ver com aquele assunto no momento, mais eu vou colhendo um material rico em informações a respeito da identidade daquela pessoa. Em algumas situações... Nós já tivemos uma situação curiosa em que a pessoa estava sendo investigada por um determinado crime e acabou confessando outro crime, durante a colheita. Porque a maneira de lidar com esse tipo de conversa, eu analiso, nesse



aspecto, que entra muito a postura de quem está fazendo, e talvez porque a nossa origem, a nossa formação venha de uma origem em que nós lidávamos muito com saúde, com terapia, com atendimento das pessoas com dificuldade de comunicação, acho que isso faz com que a nossa postura nesse momento seja uma postura acolhedora. E isso é essencial para se colher informações, sejam elas quais forem, inclusive, como eu disse, nesse caso, em que a pessoa acaba descrevendo outro crime. O microfone está aqui, mostrado nesta figura aqui. Este é o microfone, ele pode ser usado na lapela. Eu prefiro não botar na lapela, até por uma questão de segurança. E tem um outro equipamento, que é uma máquina Sony, daquelas máquinas *Cyber-shot*. É uma máquina fininha, pequenininha, mas o diferencial está no cartão de memória. Ela tem um cartão com 4 gigas. Então, nós conseguimos colher várias horas. Porque toda a nossa colheita ela não é só gravada em áudio, ela é filmada também. E na nossa elaboração de laudo, ao final, nosso laudo, além de papel, vai um lado digital, em que nós temos todos os áudios e o vídeo da colheita e tudo o mais. Uma outra coisa importante em termos de equipamento: eu acho que o equipamento mais sofisticado que é preciso ter nesse trabalho é o fone de ouvido. Mais do que qualquer coisa, é um bom fone de ouvido, um fone de ouvido profissional. Geralmente os fones de ouvido que são usados nos *show business* e naquele congresso de áudio que eu mostrei para os senhores, o último em Nova Iorque, era um congresso que tratava exatamente desse tipo de equipamento. Nós temos grandes fabricantes: a Shure, Creative, Sony, e nós temos esse tipo de fone de ouvido. Eu utilizo um fone da shure, que é um fone profissional; ele é um fone intracanal, significa que ele é adaptado ao meu conduto. Todos nós, lá no Ministério Público, trabalhamos com fones intracanaís. Nenhum de nós trabalha mais com aquele fone que se coloca — que é o vulgo cebolão — do lado de fora da orelha, porque é essencial e fundamental que esse equipamento seja de excelente qualidade, porque esse equipamento é que vai nos dar a clareza daquele áudio. Aqui eu trouxe uma lista, nós temos aqui 30 marcadores, que são os marcadores que nós analisamos para que nós possamos identificar alguém através da comunicação. Não vou-me deter neles, seria extremamente cansativo, e é algo muito técnico. Mas só para que os senhores tenham noção de como é feito o procedimento de identificação de locutor: é através da análise de todos esses



parâmetros que envolvem voz, fala e linguagem. Com relação aos resultados da nossa perícia, nós podemos ter... Esse modelo que eu exponho aqui para os senhores é um modelo desenvolvido pelo Dr. Oscar Tosi, lá daqueles primeiros *slides* que eu mostrei, com a Dra. Mara Behlau. Na nossa prática, nós começamos perceber que a identificação provável ou a eliminação provável eram respostas que não agregavam muita coisa ao laudo. Então, estão com asteriscos porque eu retirei essas possibilidades do nosso laudo. Então, a voz ou é ou não é, ou nós não temos dados suficientes para concluir. Dessa forma, o nosso laudo se torna bastante objetivo. Para que essa voz seja de alguém, é preciso que, se houver algum tipo de divergência em algum marcador, que essa divergência possa ser explicada do ponto de vista científico. Na maioria das vezes, quando o nosso laudo dá positivo, é absolutamente inquestionável, tamanha é a quantidade de parâmetros que nós analisamos durante a nossa tarefa pericial. Critérios importantes para o sucesso da perícia, é óbvio, critério de seleção dessa amostra, o que vai ser enviado para a perícia. É bom para nós que seja enviado todo o material da interceptação, sim, porque o perito ele não está ali fazendo o papel do julgador. O perito ele é um técnico cientista, ele está analisando o conjunto de marcadores daquele locutor, e quanto mais volume ele tiver, melhor vai ser o resultado do trabalho dele. Porém, para a elaboração do laudo, é preciso que o solicitante determine o trecho que interessa àquele processo, àquela investigação. Enfim, não cabe ao perito esse tipo de postura. Mas o perito precisa sim de bastante material. E, atualmente, as investigações quando vêm para nós — e 90% do nosso trabalho se baseia nas escutas que são feitas pela polícia, parte delas também da Polícia Federal, às vezes, alguma competência do Estado —, e nessa grande maioria, esmagadora, dessas interceptações que são feitas o material vem na íntegra e o Ministério Público, os promotores delimitam quais os áudios que eles vão precisar para a convicção deles, enfim, para todo o aspecto legal que envolve esse processo. Os quesitos precisam ser bastantes precisos. Às vezes vêm quesitação assim: “*Se fulano de tal fala em alguma conversa*”. Nós temos CDs com 7 mil conversas. Não tem como ouvir 7 mil conversas, nós vamos gastar o mesmo tempo que se gastou com a interceptação para ouvir aquilo tudo. Então, isso é algo que eu vejo que, com o avanço da tecnologia, cada dia se tem essa maior capacidade de armazenamento.



Só que nós não temos tantos profissionais assim habilitados a analisar todo esse material, todo esse conteúdo. Isso é algo que eu acho que precisa ser equacionado sim com relação à quantidade desse material e à seleção, algo que poderia ser feito inclusive através de um controle de *software*, um *software* que pudesse delimitar que todas as gravações acima de 30 segundos ou 20 segundos fossem armazenadas e as que tivessem um tempo inferior, um valor qualquer, ficassem de fora. Porque, muitas vezes, nós recebemos aqueles CDs que são gravados pelos sistemas das polícias e tem ali uma série de gravações vazias, mas nós somos obrigados a abrir todas elas, porque ele não vem especificamente dizendo: *“algumas gravações tem somente o tom de chamada, e ninguém conversa, ninguém fala ao fundo.”* Então, isso é uma adaptação que esses *softwares* poderiam fazer e que auxiliariam e muito o trabalho do perito, porque a gente não precisaria perder tempo ouvindo sinais que não têm nenhum conteúdo que interesse. Essas imagens aqui mostram para os senhores um pouco da nossa rotina em termos de material que nós recebemos. E outra coisa importante é com relação ao armazenamento desse material. Nós vemos aqui na mão dele vários CDs de uma operação amarrados com cordão no meio dos CDs, roçando para lá e para cá, sendo transportado dessa forma, sem um envelope. Vêm dentro de um envelope, alguém carregando um envelope, e um se arranhando no outro. Outra coisa importante é a qualidade do CD. Tem CD que grava uma vez e depois ele começa a descascar, e o dado está justamente naquela tinta, e o dado vai embora. São certas economias que não se justificam. É preciso minimamente se gravar em CDs que tenham uma durabilidade um pouco maior do que uma gravação apenas. Aqui nós temos um outro material, já bem mais cuidado, melhor acondicionado, totalmente etiquetado, numa ordem cronológica — isso também é uma coisa muito importante. Porque, às vezes, as interceptações elas são feitas e quem vai fazer a etiqueta do CD é uma outra pessoa, e, naquele dia, aquela pessoa bota o nome da operação, mas alguém resolveu mudar o nome da operação. Então, ele troca e começa a dizer que aquele CD é o CD 1. E nós já tivemos situações em que isso acaba se tornando uma teia de informação e o perito tem que começar a organizar o material, que não veio do órgão que fez a interceptação, já de uma forma arrumada e organizada. São coisas simples, mas que acabam tomando o nosso tempo, que é um tempo cada vez mais precioso, uma vez que essa demanda



tem aumentado bastante. Temos as nossas estações de trabalho, a nossa equipe é um equipe pequena, somos apenas 6 pessoas, 4 fonoaudiólogos e 2 policiais. Aqui também para mostrar para os senhores a respeito do tipo de mídia. É preciso que quem trabalhe com isso conheça minimamente os tipos de mídias, os diversos tipos de comunicações, as diferenças entre conversa via Nextel, via telefone celular, conversas feitas utilizando viva-voz. Existe uma série de diferenças, de detalhes em todo esse ambiente, do tipo de gravação, do microfone que foi utilizado. Como vocês podem perceber, é um trabalho extremamente específico. O profissional que atua com isso não pode se dedicar a nada mais, a não ser análise de áudio. Não tem como fazer várias atividades ao mesmo tempo. É preciso ter um profissional habilitado e qualificado para atuar somente nessa matéria. Aqui eu trouxe alguns *softwares*, algumas imagens de *softwares*, sendo que, até para esclarecer para os senhores, *software* de análise de áudio, basicamente, do gratuito ao mais caro, todos fazem a mesma coisa. Através de uma equação chamada, de uma teoria, a Teoria de Fourier, todos esses áudios, sem exceção, do gratuito ao mais caro, eles extraem daquele som que entra no computador diversos parâmetros, e, desses diversos parâmetros, os mais robustos e os ideais para análise são somente 3: tempo, frequência e intensidade do som. Somente. Então, o que que nós temos? Nós temos *softwares* com interface mais colorida, menos colorida... Eu posso botar a onda laranja e o fundo preto, ou trocar a cor de acordo com a estação do ano, do jeito que eu quiser. Não há nenhum tipo de critério estabelecido, que o fundo silêncio é preto e o som é azul. Enfim, não há. E a maioria dos *softwares*, eles são dirigidos também ao público do *showbusiness*, eles são *softwares* de edição de áudio. E esses *softwares* de edição de áudio, eles são utilizados em qualquer estúdio caseiro, se alguém resolver gravar um CD. Então, não existe nada de tão diferente, de tão sofisticado. E, assim, uma coisa meio que me espantou quando eu estive no congresso de Denver. Um dos peritos que organizam esse congresso, um dos nomes mais respeitados nos Estados Unidos, ele mora em New Jersey, e eu acabei pedindo a ele, fazendo amizade com ele, e fui conhecer o laboratório dele. A minha grande ânsia era descobrir qual o equipamento que ele usava e qual era o *software* que ele usava. E fui até o laboratório dele. Eu estava no Colorado, atravessei e fui. Bom, primeiro, o laboratório, que fez inclusive a análise da fita do Bin Laden,



funciona no subsolo da casa dele. Eu até disse a ele: *“Um dia eu vou querer trabalhar em casa.”* Ele falou: *“Ah, quando você for uma perita muito conceituada, você vai poder trabalhar em casa também.”* Na realidade, para esse trabalho nós precisamos de um bom computador, de uma boa placa de áudio — placa de áudio externa, não interna, placa que fique fora da CPU —, máquinas boas, da Dell, da HP, desses grandes fabricantes que nos atendem de uma forma excelente. Basta apenas que se pegue um 0800, ligue para o fabricante e diga *“eu quero trabalhar com edição de áudio, eu tenho um estúdio na minha casa”*. Uma das melhores máquinas não ultrapassa 3 mil reais, em termos de valor. E um bom monitor, um monitor grande, que se torna confortável, uma cadeira confortável, com apoio, porque trabalhamos muitas horas e acabamos ficando também com aquelas doenças — tendinite —, de tanto tempo ficar ali manuseando aquele áudio. E, quanto a *software*, o meu preferido se chama Adobe Audition, que é o melhor *software*, é uma unanimidade em termos de *software* de análise de áudio, *software* este usado pelos maiores estúdios de áudio do mundo. Então, basicamente, em termos de equipamento, não é necessário nenhum gasto astronômico. O maior investimento a ser feito em termos desse trabalho é na capacitação pessoal. Este, sim, eu acho que é o grande senão, a grande questão que nós temos. E, quando eu vim para cá, quando eu fui convidada para esta CPI, eu senti que aqui talvez fosse uma grande oportunidade de eu colaborar, enquanto cidadã, enquanto profissional, tentando que a gente consiga chegar a um ponto de ter realmente profissionais capacitados para fazer esse trabalho. Eu trouxe alguns vídeos e colheita de material que nós fizemos, mas eu acho que vai tomar um pouco do tempo. Eu já estou vendo pela hora. Os meus 10 minutos se multiplicaram bastante, então, depois, se quiserem, eu posso até passar, mas eu acho melhor deixar. São colheitas de padrão. Nessa colheita aqui, como os senhores podem ver, este é o réu. Este réu é uma pessoa bastante perigosa lá na nossa cidade. Esta aqui é a escolta dele. Nesse dia, o fórum teve toda uma escolta especial. Este aqui é o perito contratado pelo réu para fazer a assistência técnica por conta dele. Eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É o Molina?



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - É, Dr. Molina. O Dr. Molina foi assistente técnico. Esse réu, eu não sei se o senhor conhece, o Dão da Providência. Pois é. Esse caso foi um caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Dão da Providência foi preso por nós, depois foragido uma vez e depois preso mais uma vez. E o perito Molina também está convocado por esta CPI. Deverá prestar depoimento, se eu não me engano, quinta-feira.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Nessa perícia, foi até um caso bastante interessante. Eu, atuando pelo Ministério Público, e o Dr. Molina, que é um profissional que eu respeito bastante, atuava pelo Dão. E as conversas eram feitas por Nextel. E o Nextel tem uma característica bastante peculiar: ele é um canal de uma via só. Nós não podemos falar ao mesmo tempo. Aperta o botão, eu falo, e o outro só fala quando eu solto o botão. Então, essa gravação é feita em blocos. Então, quando nós jogamos isso para a telinha do computador e temos a análise espectrográfica, a imagem que nós temos é uma imagem de blocos de fala, e entre esses blocos de fala nós temos um silêncio absoluto — porque, na hora que eu solto o botão, há um zero absoluto, não tem o áudio, porque o canal fechou —, até que o outro comece a falar. O Dr. Molina, enquanto assistente técnico, uma das teses dele é que seria passivo de edição se trocasse os blocos de lugar, o que eu contestei, porque, se trocar os blocos de lugar, nós vamos fazer uma edição visual. Ao ouvir aquele áudio, vai dar a impressão de que um esquizofrênico está falando, porque a fala vai perder, absolutamente, o seu contexto, vai ser uma fala que a gente não vai conseguir compreender. Então, isso é uma coisa que eu gostaria de destacar, porque essa perícia não deve ser feita na imagem; a imagem tem que ser feita no conteúdo de áudio. E aí entra toda essa questão de edição, que foi uma questão muito discutida nos congressos, no último de Nova Iorque, que era o áudio digital nesta era agora, a utilização do áudio digital para fins forenses e essa capacidade de edição de áudio. Então, eu gostaria de destacar para os senhores: a gente pode editar tudo na imagem, só que o que se edita na imagem se traduz numa modificação do seu conteúdo, e aí, realmente, como eu disse, pode dar a impressão de que quem estava falando tinha algum transtorno psicótico e não falava coisa com coisa, porque, à medida que eu troco os bloquinhos de lugar, eu vou estar trocando



também a sequência da conversa. Aqui tem mais um. Eu tenho, assim, uma série de colheitas. São colheitas interessantes, mas os vídeos duram 3, 4 minutos. Tem inclusive uma colheita aqui que foi realizada nessa metodologia do texto dependente e que, na hora que a pessoa vai falar a frase que é atribuída a ela, a conversa que é atribuída a ela, o acusado fica muito desconsertado, ela já não consegue... ele se perde, ele perde a sequência. E é interessante que nessa colheita o juiz estava participando e ele até coça a cabeça, porque se torna muito artificial, e nós trabalhamos com algo que é uma das coisas mais íntimas da gente, que é falar. Não tem nada que me projete mais, que me exponha mais do que eu estar num lugar, abrir a boca e começar a falar. Se eu estiver calada, olhando para mim, as pessoas podem até ter uma noção de quem eu sou. Mas, quando eu começo a falar, essa noção se amplia muito mais e as pessoas conseguem formar um juízo de valor umas das outras. Mas, como eu falei, não dá para mostrar tudo isso agora. Aqui, uma série de imagens. O que eu achei até interessante... Tem mais um aqui, talvez o senhor conheça: Nei Facão. Bangu 1, vários réus de Bangu 1. Também? O senhor conhece então muita gente que está no meu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Durante a minha gestão como Secretário de Segurança Pública, as 80 lideranças do tráfico foram presas ou morreram em confronto com a Polícia, muitos deles provenientes de interceptações telefônicas. Então, vários desses, como Nei Facão, Dão e outros que eram chefes...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Robinho Pinga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Robinho Pinga e outros, na minha gestão como Secretário, foram presos, dentro de um trabalho de inteligência realizado pela Polícia.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Então, o senhor está de parabéns pelo trabalhão que o senhor me deu, porque eu fiz perícia de todos eles, entendeu? Todos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí fica comprovado, acredito eu, que a perícia feita pela senhora é a demonstração de que esse é um elemento de prova necessário. E nós vamos exatamente discutir a importância do papel do perito nesse processo. Eu acho que esse é o objetivo de tê-la aqui conosco hoje e de ter o perito Molina na quinta-feira.



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Eu me sinto muito honrada. E, realmente, na sua gestão, o senhor me deu muito trabalho. Eu ia toda hora para Bangu 1, porque eles não saíam de lá. Eu ia para Bangu 1, já estava ficando até conhecida lá em Bangu 1. E até o Nei Facão está rindo para a câmera — aquilo que eu coloquei. A maneira como nós lidamos com isso — e aí acho que entra um pouco dessa metodologia do meu passado de terapeuta, talvez — na colheita do padrão é essencial, porque nós conseguimos colher padrões deles todos, e, o senhor sabe, presos, assim, com envolvimento gravíssimos, e nenhum deles se opôs a falar, nenhum. Uma coisa que eu ficava um pouco espantada. Como é que pode? Concorda? E a conversa aí... Alguns até... *“Não vou falar, meu advogado não chegou”*. Eu dizia: *“Tudo bem, não tem problema nenhum”*. *“Mas a senhora é o quê? A senhora é repórter?”* *“Não, não sou repórter, eu sou fonoaudióloga.”* *“Ah, é fonoaudióloga? Eu tenho um problema.”* Aí começava a falar do problema. E ficava contando, falava da filha, e queria saber... Teve um também que era Cauã, vulgo Jorge, que era gago, muito gago. Aliás, um parêntese. Quando aparece alguma dessas alterações, para nós o trabalho se torna muito mais fácil, porque essa é a nossa formação, justamente essa análise dessas alterações. E é muito comum. As pessoas têm alterações, têm tiques, gaguejam, têm rouquidão, têm uma série de transtornos na comunicação que assinam a voz, fazem com que ela assine ali, debaixo daquela voz. Aqui, mais pastas e mais pastas. Realmente, o acervo hoje que nós temos em banco de voz eu considero o maior do País. Aí até passa por um acervo pessoal, porque, nos anos que eu passei à frente da perícia de voz da Prefeitura do Rio, nós chegamos a avaliar 10 mil candidatos a professores — e tudo isso nós tínhamos em banco de voz. Então, realmente, existe um grupo de pessoas hoje, profissionais, que por força da função acabaram desenvolvendo um *know-how* e um banco de voz, uma competência para analisar vozes que não foi algo assim *“vamos fazer isso”*. Não, a própria demanda do serviço público acabou nos fazendo profissionais diferenciados sob esse aspecto. Com relação à parte de textualização, de transcrição — isso é uma outra questão que eu acho importantíssima ser abordada —, particularmente, a minha posição é contrária à transcrição integral dos autos. Por quê? Porque tudo aquilo que vai para o papel não leva toda a informação que deveria levar. Muitas vezes, a mudança de um ponto final para uma



interrogação muda o sentido de uma fala. Eu ouvi outro dia uma escuta de uma grande investigação, uma dessas que o senhor trabalhou, e que dizia: “*Não é assim, senhora.*” Aí, ponto final. Só que, na verdade, a pessoa dizia: “*Não é assim, senhora.*” É diferente. A pessoa, quando diz “*Não é assim, senhora*”, está encerrando uma idéia; e, quando eu digo “*Não é assim, senhora*”, é “*per aí, você tá querendo uma coisa que não é bem assim, é de outra forma*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Tem uma expressão que diz que “pois sim” quer dizer “pois não”, não é isso? E “pois não” quer dizer “pois sim”.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Dependendo do contexto, tudo pode tudo, não é? Exatamente. Então, o que acontece? A forma de falar, a maneira, a entoação da fala transmite muito mais informação do que as próprias palavras. E quando isso vai para o papel se perde completamente o que é o mais valioso daquela comunicação: a forma como aquilo foi dito. E aí eu trouxe um exemplo. A gente não vai conseguir ler, com essa letra mínima aqui, mas, pelo tamanho, o que eu tenho no quadro maior é a mesma coisa que eu tenho no quadro menor. Eu vou ler só um trequinho para os senhores: “Alô!” “E aí?” “E aí o quê?” “E a moto?” “Ah, a moto?” “Já consertou?” “Já, já peguei, já.” “Já tá com ela?” “Já peguei, já.” “Pegou?” “É...” “Era o quê?” “Ah, o problema do, das... Como é o nome daquilo, daquela peça?” “Que peça?” “Hã...” “Que peça?” (Ao fundo, ouve-se música alta.) “Não tô te ouvindo.” “Que peça?” “Pô, não me lembro, cara.” “O cara falou?” “Pô, mas agora tá maneiro.” “Já é, então.” “Então já é.” “E o baile aí?” “Tá bombando, tá ligado?” “Tá cheio?” “Hã.” “Tá cheio?” “Tá, tá, tá.” “Muita mulher?” “Mulher a rodo.” “Então tá tranquilo. Vai dar pra levar?” “Não. Já tô com a moto, já.” “Então, vai dar pra levar lá, né?” “O quê?” “A parada.” “Vai, vai.” “Tá com tudo? Oito quilos, daquela boa?” “Tô ligado.” “Valeu essa parada.” “Valeu, valeu.” Cada minuto de conversa equivale a aproximadamente 20 minutos de trabalho para transcrição. Nós hoje fazemos a textualização da fala, e esse mesmo diálogo, textualizado por nós, pelos especialistas, fica assim: “*VM1 e VM2 conversam sobre conserto de moto de VM1. VM2 pergunta como está o baile em que VM1 se encontra e se VM1 fará a entrega da mercadoria. VM1 informa que fará a entrega. VM2 quer saber se VM1 está com a quantidade toda. VM1 informa que está com 8 quilos da boa.*” Foi passada



exatamente a mesmíssima coisa, sem nenhum tipo de interferência. Isso é uma outra coisa que eu batalho muito na minha equipe. Ninguém está ali para analisar nada. Ninguém tem o direito de achar nada, apenas de reproduzir. E aí entra algo no qual eu me debato muito, e para trabalhar com isso não basta apenas ouvir, é preciso decodificar aquilo que é ouvido, e nem todas as pessoas têm competência para isso. Existe uma coisa chamada processamento auditivo central, e eu tenho o prazer de ter uma colega aqui, fonoaudióloga também, a Dra. Micheline, ao fundo da sala, que trabalha muito com processamento auditivo central e sabe o que eu estou dizendo. Uma coisa é ouvir, outra coisa é decodificar aquilo que é ouvido. Isso é algo que acontece dentro do cérebro, e existem testagens para se perceber a habilidade e competência do ouvinte para fazer isso. Todos os nossos funcionários passaram por essa testagem, porque, no momento em que eu precisei formatar minha equipe, talvez com base nesse meu conhecimento, da minha profissão, a primeira coisa que eu fiz foi: para trabalhar com áudio, tem que ser alguém com habilidade, alguém que possa passar numa testagem elementar de processamento auditivo central. Isso é um dado importante, que, num futuro, na hora que se for ampliar esse trabalho, é preciso ter um critério de contratação, ou através também de habilidades específicas num concurso público. Quem trabalha com áudio tem que fazer audiometria, tem que passar por testagem de processamento auditivo central. Justamente com isso, são medidas que nós saneamos uma série de desentendimentos. Eu já ouvi ligações em que policiais que estavam extorquindo, ou recebendo propina de traficante, um ligava para o outro e dizia assim: *“Eu vou passar lá no conjunto.”* Quem ouviu botou: *“Eu vou ligar lá pro sargento.”* Entre “passar no conjunto” e “ligar pro sargento”... é muito diferente, mas “conjunto” e “sargento” são palavras que, para quem não decodifica muito bem — e não se espantem, que isso é mais comum do que a gente imagina, essas dificuldades de decodificação —, isso acaba soando da mesma forma, e, no contexto que envolve policiais, um “sargento” se encaixa melhor do que um “conjunto”. Então, esse tipo de fato costuma ocorrer, e eu credito isso talvez a falta de seleção adequada de quem vai trabalhar com a análise desse material. Bom, nós estamos chegando praticamente ao fim da minha apresentação. Também não vou ler, mas depois, se alguém quiser... Nós temos aqui, eu tenho uma frase de Ruy Barbosa, e essa frase



de Ruy Barbosa, ela pode ser dita em vários “socioletos”. Nós temos aqui no “economês”, no “onguês”, no “eduquês”, na mistura de gíria de surfistas, malandros, *cowboys*, enfim. O que é dito, a essência do que é dito permanece, ainda que eu modifique a forma de dizer. Este daqui é o meu penúltimo eslaide, porque acho que, de tantas coisas que eu disse aqui, a principal que eu gostaria de deixar é que, para se dizer e para se entender aquilo que é dito, não basta apenas ouvir com os ouvidos. É preciso ir muito além, é preciso interpretar, e essa interpretação daquilo que é dito, se é feita por alguém que é treinado para isso, tem muito mais chance de ser correta e de se ter sucesso. Podemos abrir agora as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Parabenizo a Dra. Maria do Carmo pelo vasto conhecimento que demonstrou sobre a matéria e sobre a explanação que fez, inclusive com uma voz que eu diria professoral e pausada, não demonstrando nenhuma emoção, demonstrando apenas o conhecimento acumulado, mantendo, eu diria, um diapásão, o que fez até com que o Deputado Simão Sessim viajasse no espaço e no tempo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Chamamos de professoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Professoral.

O Deputado Simão Sessim também é professor.

Então, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade e fazer alguns questionamentos que eu julgo de suma importância para a discussão que nós estamos travando nesta Comissão.

A primeira pergunta que eu lhe faria é a seguinte: a senhora entende, então, que nenhum equipamento é capaz de, sozinho, estabelecer que uma determinada voz pertence a uma determinada pessoa. Quer dizer, nenhum *software*, nenhum equipamento tem essa competência de dizer que aquela voz pertence a uma determinada pessoa?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Exatamente. Vendedores de *software* prometem, só que nenhuma dessas vendas, nenhuma dessas promessas se cumpre, exatamente porque a máquina, com o perdão, é um burro rápido, ele só vai fazer aquilo que o humano mandar. O humano vai precisar alimentar essa máquina com dados, e aí, sim, ele vai fazer um apanhado rápido daqueles dados e vai buscar, num conjunto de vozes, quem tem aqueles parâmetros. Mas quem



classifica esses parâmetros? A máquina por si só, quando ela vai classificar, ela acaba... Eu tive a chance de ver um *software* israelense funcionando, e a pessoa, quando me apresentou, me mostrou que era muito interessante que, numa voz sintética, ele chegava a acuracidade de 70%, descobrir aquela voz num universo de milhões. Primeiro: qual a aplicação prática disso? Eu não vi nenhuma, porque, na prática, quando se inicia uma investigação, essa investigação tem um foco, tem um alvo. Eu não vou vasculhar aquela voz no meio de 70 mil pessoas falando. Porque a investigação não é só escuta, tem uma série de outros dados, e a escuta faz parte disso também. Então, a partir do momento em que se fecha o cerco num grupo de 5, 8, 10, 12, 20... Até hoje, eu peguei quadrilhas com no máximo 38 pessoas. Então, dentro de 38 pessoas, envolvendo homens e mulheres, o *software* ali... eu não vejo assim... O tempo que eu ia gastar inserindo dados para esse *software* chegar para mim e falar assim “*no grupo de 38 essa voz pode ser de 10*”, eu mais rapidamente já iria direto a minha perícia de identificação. Eu acho impossível que isso venha a acontecer, e falo para os senhores com base inclusive no congresso de 2007, onde se tem a nata da ciência. Se lá não tem, eu acho muito difícil que a gente consiga ter algo semelhante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Para ser mais objetivo na minha pergunta — a senhora tem que entender que nós aqui estamos aprendendo —, então, para ser mais objetivo: eu estou fazendo uma interceptação telefônica do Deputado Simão Sessim. Então eu tenho o registro da voz do Deputado Simão Sessim gravado. E tenho o Deputado Simão Sessim. Se eu botar esse padrão da voz gravada mais a voz dele ao microfone, a máquina consegue estabelecer, com 100% de certeza, que é o Deputado Simão Sessim?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não. Ótimo. Então já respondeu a primeira parte da nossa pergunta.

Então agora eu vou a uma segunda parte da nossa pergunta. Tem o perito, sozinho, a capacidade de dizer que essa voz é do Simão Sessim, ou ele precisa também de um equipamento para assegurar, vamos dizer, a *expertise* que ele tem?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - O *software* vai auxiliar da seguinte forma: se essa gravação foi feita por telefone, ela tem uma característica,



porque a faixa é uma faixa baixa. Se ela tem uma outra para comparar com uma gravação ambiental, eu preciso igualar essas amostras. Então, eu preciso filtrar, para que ambas fiquem com as mesmas características de conversa telefônica. O *software* entra para editar o áudio e igualar as amostras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora eu vou aproveitar e perguntar aqui uma coisa para a senhora. A senhora me disse que essas máquinas, normalmente, o que elas dão é tempo, frequência e...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Intensidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...intensidade. Quer dizer, essas máquinas seriam o tal do espectógrafo, que a senhora chamou?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Exatamente. É espectografia. São aquelas ondas sonoras. Aparece muito na televisão porque tem um visual muito bonito. Então aquele visual chama atenção, mas aquilo ali nada mais é do que a reprodução da onda sonora, e, na fala humana, não tem só onda, tem ruído também. Quando eu falo “amanhã”, amanhã é quarta-feira não é? Quando eu falo “sexta-feira”, só falar a expressão, “sexta-feira”, esses meus esses e xis são ruídos. A máquina vai pegar aquilo como pega qualquer tipo de ruído, inclusive, se eu pegar e ficar esfregando na minha mão um pedaço de papel. Então ela só analisa onde tem vogal, onde tem som. E quando muito, nós conseguimos ter a identidade da vogal porque as vogais têm marcas. Mas dali, com aquele gráfico, identificar alguém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, tempo, frequência, intensidade não...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Por si só não dão segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Por si só não são capazes de dizer com 100% de certeza que aquela voz pertence àquela determinada pessoa.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Exatamente. É uma redução muito grande. São 3 parâmetros somente a serem analisados. É o mesmo que querer identificar uma pessoa somente pelo tamanho do calçado. Quantos brasileiros calçam igual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu acho que isso me leva a uma outra linha de raciocínio, que eu gostaria de saber qual é a opinião



da senhora. Por exemplo: a senhora entende que toda gravação telefônica que é apresentada como prova em juízo deve ser submetida a uma perícia técnica antes de ser admitida em juízo, ou para ser admitida em juízo, sob pena de não ser o interlocutor aquele que está sendo apresentado como tal?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Eu acho mais seguro, bem mais seguro porque o perito, quando ele pega todo aquele material... Até indo um pouco adiante, eu acho que hoje nós temos um vácuo entre a investigação e o processo. Esse vácuo é a análise do áudio porque, com esse avanço, tem-se a prova e não tem quem trabalhe essa prova. Então, em muitas situações, as polícias se viram obrigadas a lançar mão de agentes que fizessem esse trabalho da análise do áudio, da separação do áudio e tudo, e acabou criando um vácuo, porque o policial é treinado para ser policial. Assim como hoje em dia a maioria dos peritos que nós temos, eu não conheço nenhum que tenha formação nessa área. Geralmente nós temos biólogos, químicos, físicos, engenheiros, que nunca viram uma laringe na frente funcionando. Então, criou-se assim uma situação meio emergencial, em que algumas pessoas passaram a assumir esse lugar e que algumas vezes isso pode levar a erro, sim. Então eu acho que uma perícia é mais segura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A perícia é mais segura. Quanto a isso eu não tenho a menor dúvida de que toda perícia torna o processo, em tese, mais seguro. Mas a minha pergunta é a seguinte: tendo em vista as suas respostas anteriores, se efetivamente pode haver confusão se não for feita a perícia entre o interlocutor de uma chamada telefônica, como sendo aquele que está sendo denunciado na Justiça?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Pode. Nós temos vários casos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa é a outra pergunta: a senhora já constatou vários casos?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Na minha prática, não, porque o material vem da interceptação para nós, e nós fazemos. Mas já soube, por jornais, inclusive, de algumas pessoas que tiveram o seu nome trocado. Eu peguei um caso mais precisamente que a identidade do réu foi dada através do cadastro do



telefone. Então, se aquele telefone está em nome de Fulano, é Fulano, e o Fulano ficou preso até que a perícia comprovasse que não era ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A senhora se lembra que caso é esse, especificamente?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - De um policial militar chamado Cirino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Cirino?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Cirino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A senhora, por acaso, não se lembra do número do processo ou do inquérito?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a senhora poderia encaminhar, posteriormente, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Posso, posso, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Seria importante para nós termos esse dado aqui porque, no fundo, nós estamos fazendo um grande apanhado para fazer um avanço legislativo.

A senhora acha que seria importante, num processo legislativo que esta Casa venha a fazer, que se coloque a necessidade de todo esse equipamento, não, que todo esse processamento seja submetido antes do oferecimento da denúncia à perícia técnica?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Acho, acho de extrema valia, acho que seria um grande avanço, uma grande segurança para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A senhora acha que os juízes podem ter a tranquilidade de condenar alguém, com base numa escuta telefônica que não tenha tido esse cuidado da prova pericial, tranquilamente, apenas a partir da sua própria audição do áudio e a comparação?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Essa pergunta é uma pergunta, na minha opinião, ampla, no sentido de que, num processo em que só tem escuta como prova, num processo em que não existem outras provas, em que a prova se baseia tão-somente em escutas, eu acho que não dá para fazer isso



tranqüilamente de ouvido. Acho que, nesse caso aí, é preciso, mais uma vez, que seja feita a perícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora eu fiquei curioso, eu vi a fotografia da senhora com o preso Dão e o perito Molina ali. Ele foi contratado pela defesa para apresentar um laudo ou pela própria Justiça.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, ele foi contratado pela defesa, como assistente técnico da defesa do Dão, porque havia ali uma perita do juízo, eu estava como assistente técnica do Ministério Público, e ele como assistente técnico da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E qual foi a conclusão a que se chegou, ao final?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - A voz era do Dão, sem a menor dúvida. E a única alternativa... Até essa sentença, eu julguei uma sentença muito bonita. O Dr. Flávio, da 37ª Vara Criminal, deu uma belíssima sentença nesse caso, nesse processo, porque o Dr. Molina, ele é uma pessoa de um profundo conhecimento, realmente inquestionável, mas ele tentou ir só até uma parte, quando ele dizia que ali poderia ter sido editado. Mas esse tipo de edição, que eu expliquei aos senhores, apenas com base na troca dos blocos de lugar. E justamente os peritos do juízo concluíram que, ao fazer isso, modificaria também o conteúdo. E quem ouvisse ficaria claro... Imagina pegar uma conversa por rádio e começar a trocar as falas de ordem. Qualquer um vai ver que aquilo foi mexido. Não se analisa a figura. E a figura é aquilo que nós falamos anteriormente: tempo, frequência e intensidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora eu faço uma outra pergunta. A senhora falou em edição, e a senhora disse que o sistema digital permite hoje, com os equipamentos existentes, a possibilidade de edição sem ser possível a constatação de que foi editado?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - A edição, sem ser possível a constatação, via análise da imagem do som, somente da imagem do som. Mas nós estamos falando de som, e o som tem que ser ouvido e não visto. Então, quando se pega uma onda sonora, transforma essa onda sonora em imagem e se faz uma



edição, é como usar um *fotoshop*, que nós vemos hoje todos os dias nas revistas. As pessoas vão para o *fotoshop* e se rejuvenescem 30 anos. Mas no áudio não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas aí a minha pergunta. Por exemplo — vou usar uma frase: “Fui à festa do Paulo”. Essa é uma frase. É possível eu editar “fui à festa do Paulo” por “fui à festa do Mário” e não haver a constatação física dessa mudança?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Quando o senhor fala em constatação física, digamos assim, está falando do áudio, da qualidade de som, da onda sonora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso. Vamos dizer, o espectógrafo seria capaz de identificar que houve uma emenda naquela... que foi suprimido “Paulo” e entrou “Mário”?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Depende de quem faz. Eu diria que é difícil. Por exemplo: trocar um nome é uma coisa que é possível fazer sem deixar vestígio. Trocar um nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim. Mas trocar um nome pode representar muita coisa, não é?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vi o Osama, ouvi o Osama, ouvi o Bin Laden, não é? Quer dizer, Osama eu acho que tem muitos e Bin Laden deve ter só aquele. Então...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Eu diria o seguinte: numa visão grosseira, pega-se um áudio, edita um áudio digital e eu coloco aquele áudio para tocar. É bem possível que os ouvidos não treinados não consigam perceber a alteração daquele som. Numa análise mais profunda, aí entram esses outros conhecimentos de base, aí isso é detectado que houve uma mudança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas para isso, a senhora está colocando a experiência de quem está ouvindo. Eu digo apenas por equipamento, por intensidade, pelos *software* hoje existentes.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, o *software* puro não consegue nada. Só por *software*, não. Só mesmo a avaliação do perito é que é capaz de dizer se aquele áudio teve ou não uma audição fraudulenta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, um advogado ou um promotor, ao apresentar o seu caso perante um juiz, pode alegar que determinado áudio, como, ao que parece, aconteceu no caso do Dão, estaria editado. E aí, só a máquina mais o técnico, o perito, é que seria capaz de dizer se houve essa emenda ou não, porque a máquina por si só não é capaz.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - A máquina sozinha não faz. Só a máquina operada pelo homem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta aqui: a decodificação não fica na dependência dos preconceitos do decodificador?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, acredito que não, porque nesse treinamento inclui também uma ausência de emoção. Há muitos anos atrás, uma outra pessoa da minha profissão, hoje em dia atua pouco, Glorinha Beuttenmüller — mas ela foi uma pessoa muito conhecida porque atuava dando o tom do telejornalismo nacional, do *Jornal Nacional* —, e ela disse que quando você está diante de alguém, que você atuar ali enquanto profissional, você precisa justamente se despir do preconceito, de todo e qualquer preconceito. Então, já existe um treinamento, porque nós lidamos, na nossa formação, com coisas muito feias e muito tristes também. E se nós tivermos preconceito, nós não conseguimos atuar. Então, realmente, eu não acredito. Agora tem algo que eu acho interessante. O que eu percebo? Eu trabalho com 4 fonoaudiólogas e 2 policiais. Os policiais estão sempre investigando. É muito engraçado porque eu digo a eles: *“Vocês não têm que investigar, não têm que achar nada. Vocês têm que descrever aqui”*. E uma vez, numa cena, um disse assim: *“Está estacionando o carro e vai entrar na casa tal, podendo entrar”*. Eu falei: *“Mas você viu entrar?”* *“Não, não vi entrar.”* *“Mas por que você está achando que vai entrar?”* Eu acho que dentro de uma investigação, eu não sou policial, mas dentro de uma investigação, você até pode achar e tentar confirmar o que você está achando, mas no trabalho pericial, é um trabalho, na sua essência, descritivo. Nos cabe apenas descrever o que está sendo passado para nós, não nos cabe nem um tipo de juízo de valor. E um outro fato interessante que eu coloco sempre: a verdade científica não pertence a nenhuma das partes. Ela é apenas uma verdade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O trabalho que a senhora desenvolve é para o Ministério Público, não é isso? A senhora é funcionária pública do município, fonoaudióloga do município, que foi cedida ao Ministério Público, onde, com a sua equipe, exerce esse trabalho. Qual é o número de perícias realizadas, vamos dizer, por dia, pela senhora e a sua equipe?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Bom, as perícias, na verdade, elas não são feitas por dia. Nós recebemos, vêm processos e nós prestamos auxílio aos promotores. Os promotores, quando precisam da identificação, remetem aquele processo com os áudios. Dependendo da quantidade de áudios que vão ser analisados, nós levamos, em média, 1 mês para poder retornar esse laudo. Na maioria das vezes, entre 20 e 30 dias, nós concluimos os laudos periciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a senhora tem uma idéia de quantos laudos são feitos, sei lá, por mês, por semana, por dia?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - É muito variado, pelo seguinte: eu tenho operações que duram muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em média?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Por semana, por dia, por mês? Olha, outro dia eu fui ver o meu gráfico de produtividade e o meu gráfico sobe e desce, sobe e desce, sobe e desce. Uma média...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual foi o mês que a senhora fez mais e qual foi o mês que a senhora fez menos?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Eu posso dizer o seguinte para o senhor, talvez facilite: até hoje, em termos de quantitativo, eu já fiz mais de 300 laudos periciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - No período de ...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Dois anos. Trezentos em dois anos. A senhora com a sua equipe?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Com a equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Hugo Leal, para que faça seus questionamentos.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, vou até me desculpar aqui com a CPI e com a Dra. Maria do Carmo Gargaglione, porque aqui às vezes temos de ter o dom da ubiqüidade, porque eu estava, ao mesmo tempo, como autor do requerimento de convocação da Dra. Maria do Carmo e estava também aqui na reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Econômico e a Comissão de Viação e Transportes, com a presença da INFRAERO, da ANAC e do Ministério da Defesa. Eu era o autor do requerimento, então tive de me desdobrar, mas eu assisti a uma parcela da apresentação da Dra. Maria do Carmo e, obviamente, ela veio com seu conhecimento, com o seu preparo, também abrilhantar os trabalhos desta Casa, porque eu não tenho dúvida, não pude assistir na integralidade, mas eu tenho certeza de que, para esta CPI, essas informações foram fundamentais, foram extremamente importantes, até porque todas as outras manifestações que vieram aqui foram muito na linha das opiniões, dos testemunhos, e aí foi uma avaliação, um balizamento técnico. Eu pude perceber aqui — uma dessas ações eu pude presenciar — a diferença entre a linguagem, não, a senhora disse da fala, uma coisa é o conhecimento... Agora eu acabei falhando, sendo traído pela memória, mas uma definição de que uma coisa era a interpretação da linguagem e a outra era a interpretação da fonética, se eu me lembro bem disso, que falava sobre quantas... Teria que ter todas as oscilações da voz da pessoa para termos um banco de dados que pudesse reconhecer através da fala, o que não é uma coisa simples. O que pode ser é uma interpretação daquela fala. Eu fiquei bastante impressionado. Depois V.Sa. vai deixar esse material aqui à disposição da CPI, não sei se vai poder ser realizado dessa forma, mas eu gostaria muito, até para aprofundar o conhecimento e por não ter tido oportunidade de ter conhecimento total da apresentação. Mas o que motivou obviamente a presença de V.Sa. aqui foi exatamente uma matéria trazida, do dia 18 de fevereiro, no *Jornal do Brasil*, em que estava: MP do Rio é referência na análise de escutas. Em 2007, fonoaudiólogos periciaram mais de 300 grampos. A minha pergunta a V.Exa... Imagino que também o nosso Presidente já se manifestou, mas, se já houver se manifestado, para reforço e também para o meu conhecimento: V.Exa. é funcionária de qual instituição?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Eu sou concursada da Prefeitura.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Da Prefeitura do Rio de Janeiro?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Isso. E cedida ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Sa. é funcionária da Prefeitura do Rio de Janeiro, na função de fonoaudióloga?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Fonoaudióloga.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - E há quanto tempo V.Sa. está cedida ao Ministério Público?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Desde agosto de 2005.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Agosto de 2005. Nessa cessão, o pedido foi feito do Ministério Público direcionado para a sua presença no Ministério Público especificamente por algum termo? Por ser a senhora especializada nessa área da fonética, provavelmente foi indicada por alguém ao Ministério Público, para poder servir ao Ministério Público. Teve uma referência ou isso foi num seminário? Como é que se deu essa requisição de V.Sa. para o ...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Nem de uma forma ou de outra. Eu trabalhava na Prefeitura, na perícia médica, trabalhando exatamente na análise de candidatos ao cargo de professor e, por diversas vezes, eu fui solicitada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, principalmente em atenção à Delegacia Anti-Seqüestro, para auxiliar nas investigações, que é uma das delegacias que mais necessitam desse trabalho. Isso porque, numa palestra sobre fonoaudiologia forense, perícia de voz, numa universidade no Rio de Janeiro, acabou que me surpreendeu a presença de alguns delegados. E depois um delegado veio pedir, que ele queria, tinha um caso específico, se eu poderia ajudar, e eu comecei auxiliando a Polícia Civil, fiquei durante muitos anos, até hoje auxilio a Polícia Civil em casos específicos, pontuais. E a partir dali surgiu então um grande interesse de se ampliar esse serviço. Mas eu da Prefeitura, a Prefeitura não tinha essa atribuição de realizar perícias, e a iniciativa minha própria, a minha curiosidade profissional e o meu investimento pessoal, porque eu passei a custear a minha capacitação, e quando eu vi que no Brasil eu não ia achar, eu passei a ir para fora, eu investi exatamente nisso, principalmente por uma questão de paixão. Eu adoro a minha profissão, eu adoro o que faço. E à medida que eu fui conseguindo desenvolver a minha



metodologia, um belo dia eu fiz 3 ofícios, um para o Tribunal de Justiça, um para a OAB e um para o Ministério Público, e fui oferecer o serviço, porque eu sempre desejei que isso pudesse ser ampliado, que nós pudéssemos levar isso de uma forma mais científica, que pudéssemos mudar a formação, que pudéssemos ter uma ampliação do quadro de peritos em todo o País, porque, quando eu pegava algumas coisas assim, eu via, nossa, eu tenho tanto a colaborar, mas não havia conhecimento. E, quando eu estive no Ministério Público para falar sobre isso, na verdade, eu não tinha uma idéia direcionada, mas o Dr. Marfan perguntou se eu era do Estado, eu disse que não, era da Prefeitura, e ele falou que tinha um quadro de peritos que prestava auxílio aos promotores e se eu gostaria de fazer parte desse quadro...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Esse grupo técnico de perícia no Ministério Público, o GATE.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - É, GATE, o Grupo de Apoio Técnico Especializado, que só são peritos. Então, nós prestamos auxílio aos promotores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Hugo Leal, talvez V.Exa. não tenha ouvido, e eu acho que é muito importante para o nosso debate, é que, me corrija se eu tiver errado, Dra. Maria do Carmo, ela entende que é impossível qualquer máquina sozinha fazer a identificação de voz.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Era isso que eu tinha ouvido, Sr. Presidente, só que eu não lembrava qual era a terceira ou quarta transparência que falava que nenhuma máquina é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É que ela falava em reconhecimento e identificação de voz.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Isso, muito obrigado pela memorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E ela expõe uma tese que eu acho que muitos de nós aqui estamos batendo nela, que é a questão de que ninguém pode dizer com certeza que uma determinada voz é a voz de ...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - De fulano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... se não tiver uma perícia técnica; que pode ser uma temeridade você denunciar uma pessoa apenas com a



prova de áudio, sem a perícia técnica ter sido realizada. Só para que V.Exa. tenha aí o direcionamento do seu trabalho.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu agradeço imensamente. Nada como alguém que já atua no setor policial para conhecer, às vezes, pelo menos, até a intenção das pessoas. Até nos preocupa isso. Quando alguém está atuando no setor policial, já ficamos preocupados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas vou dizer a V.Exa. que eu aprendi hoje, com a nossa perita, quando ela diz que, através da voz, podemos entender, ouvir as intenções, interpretar as intenções.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não tenho a menor dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E que V.Exa. e o Deputado Simão Sessim são dignos representantes desta Casa, porque ela também disse que quem faz essa comunicação e esse referencial são as pessoas que têm testa larga. *(Risos.)* Então V.Exas. estão dentro do contexto.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu vou deixar para essa apreciação posterior, Sr. Presidente. Mas, de qualquer forma, era exatamente isso, essa que me chamou mais atenção na apresentação, na parte que eu pude ver, a diferença entre reconhecimento da voz e identificação da voz. Eu achei extremamente, até para a condução dos trabalhos desta CPI, porque vimos discutindo intensamente nesta CPI exatamente, e defendendo, o aprimoramento do sistema da interceptação de telefone.

O que ocorria há 5 anos, ou há 10 são coisas que não deveríamos nem trazer para o cenário jurídico legal. Nós tivemos oportunidade de ouvir aqui membros do Ministério Público, dirigentes de instituições do Ministério Público, exatamente dizendo que o método, a interceptação telefônica é um método invasivo, é um método que invade, que perturba a intimidade das pessoas, e, óbvio, ele é uma importante prova criminal. Agora, o que estava acontecendo era o abuso. Eu sempre defendi aqui, e continuarei defendendo, que essa questão da interceptação telefônica, não obstante ser uma exclusividade da Polícia Judiciária, tem que ser mantida essa exclusividade da Polícia Judiciária, que é a polícia investigativa. Ela tem que vir cercada de todo o regramento não só legal, mas técnico. Não pode ser qualquer pessoa, não digo o caso de V.Sa., mas qualquer pessoa que eles pegam lá



na delegacia e falam: *“Esse aqui é bom, acho que esse aqui vai entender de fazer o grampo, de usar o sistema de interceptação”*.

Esse é o fator mais grave que temos visto aqui. Aliás, a CPI tem várias funções, quer dizer, várias, diria, missões nessa sua condução. Uma delas é exatamente estabelecer um novo marco regulatório e legal também dessa questão das interceptações, até um aprimoramento da legislação. Isso é um primeiro passo, já foi até proposto pelo Ministério da Justiça. O segundo passo é saber o dimensionamento de quem é que está tomando conta disso, quem é que está avaliando, quem é que fiscaliza quem faz, quem é que está apreciando, quem está apurando essas provas, quem é que diz que aquela voz foi identificada. Porque é muito fácil.

Eu, com o meu conhecimento superficial como um pires, se for fazer uma análise fonoaudióloga, não vou conseguir. Então, como é que você pode pegar um indivíduo lá numa delegacia ou uma pessoa que até tenha um esforço, seja até uma pessoa dedicada, mas não tem o conhecimento técnico? Então, ela reconhece, mas não identifica. Isso, V.Sa., quando vem aqui, traz mais um elemento que me motiva a buscar a questão técnica, a questão pericial, para essa questão das escutas, inclusive eu defendi aqui, a despeito de alguns outros Deputados, que essa escuta telefônica, que essa interceptação telefônica, que é um método extremamente invasivo, que é um método que atinge a intimidade, ouvi por várias vezes que é uma excepcionalidade, hoje praticamente virou uma regra, tem que ser, tinha que ser, deveria ser elaborado só por técnicos.

Inclusive eu defendia que a polícia científica somente é que poderia fazer interceptação, inclusive a própria interceptação, até para ficar, salvaguardar, com a salvaguarda da própria polícia judiciária. A polícia judiciária receberia a prova, mas quem deveria elaborar, fazer, analisar, fiscalizar seria a polícia científica.

Eu defendo, dentro dessa proposição, porque eu acho que essa é uma prova que hoje passou a ter uma importância fundamental, não tenho a menor dúvida. Ela é esclarecedora de crimes, mas, quando mal utilizada, acaba acontecendo a condenação precipitada e antecipada das pessoas. Então é um caso grave, preocupante. Acho que essa... Entendo que esta CPI está caminhando nesse sentido de buscar essa evolução, e V.Sa. colabora e muito nesse aspecto.



Já vem a minha segunda pergunta, que me causa alguma preocupação, porque V.Sa. disse que faz parte hoje do grupo de apoio técnico, de técnicos no Ministério Público, mas também atua na Polícia Civil, dando pareceres em laudos, seria isso?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, o que aconteceu, nós vivemos uma situação atípica, uma vez, como eu disse para o senhor, não conheço outra pessoa que tenha ido buscar o conhecimento onde eu fui.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - E a partir do momento... Acho que o conhecimento só cresce quando ele é dividido. Eu não posso guardar isso só para mim.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu concordo em gênero, número e grau.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não é? Então, uma vez que eu optei em ir para o Ministério Público, eu precisei formar uma equipe para deixar fazendo esse atendimento...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Esse atendimento na ...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - ...às delegacias.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Às delegacias.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Ou seja, mas já chegou algum período que V.Sa. acumulou, quer dizer, estava no Ministério Público, mas também assessorando a Polícia Civil nessa área.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, não. Eu formei as pessoas, formei turmas. Eu formei aproximadamente 20 a 25 pessoas, pincei pessoas da minha confiança que já tinham uma experiência anterior e dei a formação específica, porque eu não poderia estar nos 2 lugares, não é?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, exatamente...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Nem poderia ser...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - ... porque essa era a minha preocupação, porque, se V.Sa. apura ou trabalha nos laudos buscados pela polícia e depois vai, até em colaboração com o próprio Tribunal de Justiça, depois V.Sa. atua no



Ministério Público, a senhora ficaria nas 2 pontas, uma posição privilegiada, porém, questionável do ponto de vista jurídico.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - O que eu digo é que metodologia, em alguns casos, segue a minha metodologia, porque eu formei essas pessoas. Entendeu? Quanto a isso é inevitável, mas alguém tem que começar, não é? Agora, por outro lado, até uma coisa que eu sempre... Isso é uma questão, não é a primeira vez que alguém questiona esse tipo de coisa, mas eu vou dizer uma coisa para o senhor que para mim é uma coisa muito sólida: a verdade não pertence nem ao Ministério Público, nem à polícia nem à Justiça. A verdade da identificação de um locutor é uma verdade científica. Isso porque, nessas questões, se eu sou parte ou deixo de ser parte... O perito, isso é a minha opinião, o perito não pode ser parte. Se o perito for parcial, ele deixa de ser perito.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Perito. Pode ser assistente.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Pode ser assistente. Passa a ser assistente. E uma das coisas que eu gostaria de salientar é que, nessa minha trajetória no Ministério Público, uma das primeiras frases que eu ouvi de um promotor era assim: *“Eu não sou promotor de acusação, eu sou promotor de justiça; eu quero o que for a verdade”*. E aí casos, por exemplo, o caso do Cirino, que é um caso antigo, e que era assim, claro, óbvio, porque inclusive o Cirino falava a quem estava com o telefone. E a pessoa se identificava, mas só que a busca do dono do telefone, do alvo, foi em cima do cadastro. Esse telefone está em nome de quem? Cirino? Então prende o Cirino porque é ele que está fazendo isso daí. Entendeu? Eu falei, quando eu fui colher a voz do Cirino, mal eu entrei no batalhão prisional — ele é policial militar —, ele já veio falando, contando a história, eu falei: *“O senhor tem que esperar, porque eu tenho que abrir a minha mala e montar o microfone, o meu laptop. “Mas eu preciso falar”. “Por favor, o senhor fica calmo, porque desse jeito o senhor não vai me ajudar”*. E aí, não é, para ele se acalmar — ele estava muito ansioso —, ele já começou a contar a história e me deu o nome, quem era... Uma outra coisa interessante: eu nunca vou colher voz depois de ouvir a escuta. Uma das coisas...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Se não contamina.



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Nunca. Sempre vou... Se quiser contar a história, pode contar à vontade, eu sou só ouvidos. Eu vou ali para colher o padrão, mas sempre assim: sou uma folha de papel em branco. Naquele momento, a pessoa tem todo o direito de colocar a sua tese. Quando eu parto para a análise técnica, na verdade, o conteúdo da investigação não está em primeiro lugar. A minha atuação, eu não sou... A minha atuação é uma atuação muito pontual. Eu sou perita. E o que eu tenho que dizer é se aquela voz que eu colhi de fulano, aquela voz participa do diálogo X, Y ou Z. A partir daí, não me cabe mais fazer nenhum tipo de julgamento. O meu julgamento é uma coisa precisa e pontual quanto identificar quem está falando. Se me for questionado, em forma de quesito, se fulano de tal demonstrava medo, ameaça, qualquer um daqueles sentimentos, se eu tiver requisitos técnicos e científicos para embasar a conclusão... Que requisitos são esses? Que a pessoa demonstra medo porque a voz naquele momento teve tal modificação com base em contração de determinado grupo muscular, que é um grupamento que é ativado num momento de tensão, ou não, ou até mesmo se fulano estava fazendo uso de algum tipo de medicamento, ou de entorpecente, porque tudo isso vai influenciar na comunicação. Esse tipo de análise, de raio X da comunicação, nós temos total condição de fazer e, com base nisso, responder o que for requisitado. Achismo, em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É porque se trata de perícia. Perícia tem que se basear exatamente nas provas, dentro da realidade.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - V.Sa. também já serviu como assistente técnico de algum outro processo, quer dizer, já foi convidada ou indicada para funcionar como assistente técnica num processo? Não obviamente em que V.Sa. tenha atuado, mas em outro?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Nem convidada.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Nem convidada.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Ninguém nem chega nem perto de mim.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, porque V.Sa. é uma técnica, hoje prestando serviço a um grupo de apoio ao Ministério Público, mas é uma técnica. Pode ser convidada, pode ser sugerida...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, mas, olha, o senhor pode ver, meu sobrenome é um sobrenome muito diferente. Ainda...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Até tem de fazer fonoaudiologia...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Para falar Gargaglione, não é? Exatamente. O meu sobrenome é um sobrenome marcante. O que acontece? Eu não sou uma pessoa que tenha o meu rosto estampado nem na TV, nem em jornais, nem em revistas, mas dentro do tribunal, em diversos processos está lá: vem a perícia. O nosso laudo é um laudo extremamente característico e diferenciado, é um laudo feito com muito cuidado. Ele é muito diferente. Eu inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – V.Sa. — desculpe interrompê-la — teria um laudo que pudesse deixar com esta CPI, ou poderia encaminhar a esta CPI um laudo para que tenhamos um modelo?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sem definição das partes. É só para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Se até as partes existissem, poderíamos manter o sigilo.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Exatamente.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Sim, tenho diversos. É um laudo diferente, como eu expliquei. Nosso laudo, ele não é só um laudo de papel porque estamos falando de áudio, de conversa. Eu não tenho como pegar toda informação de uma conversa e jogar num papel. É preciso o áudio. Aliás, a prova está no áudio; não está na transcrição. Aquele áudio tem que ser ouvido. Não basta só que alguém escreva, como mostrei para os senhores uma conversa enorme, desse tamanho, em que se fala um monte de coisas e que ali tem um ponto que interessa.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Dependendo da entonação, dependendo da pontuação, você muda a frase.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE – Eu peguei uma vez uma conversa em que várias vezes o sujeito dizia que ele ia levar o *silk screen*. Só que a



palavra *silk screen* é cheia de chiados. Ele não falava direito. Então ele ficava... “silquisquim”. Obviamente, quem estava ouvindo, eu não sei se tinha um fone adequado, eu não sei se era uma pessoa que tivesse condições do ponto de vista do processamento auditivo central para decodificar... E aí a pessoa botava o tempo todo que ele ia levar algo que não era identificado. Numa investigação, aquilo salta aos olhos e toma um cunho diferente. Quando eu ouvi, eu falei: é *silk screen*. Ele não fala direito *silk screen* porque ele apresenta distorção desses fonemas em várias outras situações. Mas eu só pude chegar a essa conclusão quando eu percebi. Na hora em que ele juntou um monte de ss e xx numa palavra só, ele não conseguia falar. Mas essa percepção, para ter isso, eu tive que ter um conhecimento anterior que me fizesse aquela análise. Senão, não poderia concluir. Aí pegamos: é *silk screen*. E, realmente, dentro de um contexto, se observa que o sujeito tem as camisetas com as estamparias, tudo o mais. Mas, num primeiro momento, quando vai ler, fica aquela coisa: vai levar algo não identificado, que pode ser qualquer negócio.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sr. Presidente, vou dar por encerrada minha participação. Mas, de qualquer forma, queria destacar mais uma vez a relevância deste depoimento de hoje aqui. É lamentável que a gente não tenha ainda a maioria dos nossos Deputados aqui, porque este depoimento hoje talvez seja balizador. Imagino que o Sr. Presidente tenha uma avaliação semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Esta semana, Deputado Hugo Leal... Inclusive, é importantíssima porque temos 2 grandes especialistas: a Dra. Gargaglione e o Molina, que também virá esta semana.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Perfeitamente. Porque uma coisa é todo o preparo, toda a tecnologia que envolve o procedimento da interceptação. E isso foi discutido aqui. Nesta CPI foram discutidos os aparelhos, como é que se chegou a um aparelho hoje denominado *Guardião*. V.Sa.. conhece esse aparelho *Guardião*?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE – Conheço tudo dessa área — tudo e mais um pouco. O senhor não imagina o quanto eu conheço dessa área.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Eu vou até aproveitar essa lembrança do Presidente porque, quando estive aqui o Dr. Luiz Fernando, que é o Diretor hoje da Polícia Federal, e também o Paulo Lacerda, que é hoje da ABIN, eu fiz uma



indagação para eles, porque a regulamentação da interceptação telefônica, salvo engano, é de 1996.

De 1996 até 2000, realmente, era uma excepcionalidade. Era o gravadorzinho. Por isso era chamado de grampo, porque pegavam 2 grampos e colocavam lá. Estava num patamar pré-histórico, num patamar ainda analógico. Vamos colocar assim numa linguagem moderna. E, talvez, a partir de 2000, 2002, eles perseguiram no sentido de buscar uma fórmula que pudesse dar azo a uma proposta que fosse mais tecnológica, até porque a gente estava vivenciando várias barreiras tecnológicas.

Ele afirmou aqui que, quando ele foi Superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, num entendimento com um prestador de serviço de telefonia, ou seja, uma empresa que faz central telefônica, num entendimento, numa conversa “por que não faz isso?”, numa demanda, numa troca de informações, que eu chamei aqui até de uma *joint venture*, de um entendimento, eles passaram, então, a desenvolver uma tecnologia de captação via uma central telefônica; que, depois, essa central telefônica gravava e fazia essas operações todas, inclusive estabelecendo palavras-chaves. E aí o que acontece? O desdobramento foi que se estabeleceu uma tecnologia com o *Guardião*.

E, depois, uma outra tecnologia já também instalada, residente no Estado de Santa Catarina, uma outra instituição que foi buscar também a modernização. Afinal de contas, isso, ao que eu sei, não sei se estaria patenteado por uma ou por outra, ou se foi a *Bedin*.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE – *Bedin* veio antes. *Bedin* é “*O Sombra*”.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – É. “*O Sombra*”, que hoje é o *Bedin*, é que é o nome de uma... Mas eu só sei dizer o seguinte: já que V.Sa. conhece não só da questão da técnica fonética, da fonaudiologia, mas também dessas 2 vertentes, que diferencial V.Sa. apontaria nesses 2 sistemas? Quer dizer, esse aqui é melhor, esse aqui é pior, essa técnica aqui não é razoável para o reconhecimento da voz, essa aqui para identificação da voz... Que pontos V.Sa. apontaria nessas 2 tecnologias que poderiam ser desenvolvidos, ou que precisamos ser alertados porque essa tecnologia traz essas conseqüências?



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE – Bom, eu conheço os 2, trabalho com os 2. O *Bedin*, uns anos atrás... O *Bedin*, inclusive, é um engenheiro. O *Bedin* era quem tinha esse *software*, que é “*O Sombra*”. O ícone dele é até “um sombra” mesmo. Eu prefiro o *Bedin*, e a maioria das pessoas que trabalham em campo, como nós dizemos, as pessoas que atuam o preferem também, porque o *Guardião* se tornou... ele é um *software* que tem um *layout* muito bonito e bastante sofisticado, porém ele faz a mesma coisa que o *Bedin* faz; e, em algumas situações, principalmente ligações de rádio, ele acaba gerando índices e cortando a conversa, o que nos dá mais trabalho. Não impede que nada seja feito, mas acaba nos dando trabalho, como, por exemplo, se começou uma conversa via rádio; se uma pessoa demora muito tempo para responder, ele simplesmente, quando o outro vai falar, ele gera novo índice. E aí, quando vamos fazer a nossa análise, seguindo pelos índices, às vezes tem conversas que têm 2, 3 índices naquela conversa. E aí outra questão: se eu for juntar essas conversas, eu estou fazendo uma edição, eu estou juntando índices. Já o *Bedin* ele não faz esse tipo de coisa. Aquele índice era para aquela conversa o tempo todo. Uma outra coisa que o *Guardião* tem, que, na minha opinião, é uma das coisas que mais me faz implicar com ele, é a famigerada criptografia de áudio. Não sei quem algum dia achou que era possível criptografar e proteger aquele áudio. Aquilo só faz com que eu leve mais tempo para tirar a criptografia. E eu tiro aquela criptografia da maneira mais simples que se faz isso. Nos tempos da fita cassete e do disco de vinil, quando a gente queria gravar, passar um disco de vinil para cassete para ouvir no carro, o que a gente fazia? Jogava de um para outro. Pois é, essa é a mesma coisa que se faz hoje do *Guardião*. Eu boto para tocar numa máquina e passo para outra máquina. Com isso, a criptografia foi explodida. Só, o que o que acontece? Às vezes, eu recebo CDs totalmente criptografados. Já imaginou o tempo que vou ficar ouvindo aquela conversa, inclusive algumas conversas que não têm nenhuma importância naquele momento, só para passar de uma máquina para outra para tirar a criptografia? Então, nós tivemos algumas reuniões e eu fiz várias vezes a solicitação. Eu falei: com um cabo de 2 reais eu tiro essa proteção. Então, por favor, não coloca isso porque assim com 1 clique, com 2 cliques de copiar e colar eu transfiro o áudio para a máquina em que eu vou trabalhar. Porque eu não trabalho com áudio original. Quando chega o CD,



eu faço uma cópia e eu vou atuar na cópia porque não posso mexer naquele original de forma nenhuma. E esse processo de passagem do original para fazer a cópia, quando tem a criptografia, só faz com que eu perca um tempo imenso com uma atividade que é somente braçal. Não há nenhum tipo de proteção nessa criptografia.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sr. Presidente, isso é extremamente relevante para os depoimentos já ouvidos aqui nesta CPI. Acho importante que V.Sa., como técnica, alguém que, diria, coloca a mão na massa, ou seja, que faz a avaliação, a análise, é quem tem que manifestar. É óbvio que, para a busca policial, para a investigação, ele pode ter o melhor aparelho, mas o melhor aparelho é aquele que, obviamente, coloca...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - É o que funciona.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É o que funciona e que proporciona a sua eficácia positiva, principalmente na identificação da voz ou, como diz aqui, no reconhecimento.

Então, também é surpreendente. Quer dizer, surpreendente no sentido de que, para que isso se torne, vamos dizer, algo reconhecido ou, diria, mais do que reconhecido... Eu fiz a indagação aos representantes, se estavam contratando essas instituições, essa tecnologia, por inexigibilidade ou por dispensa, porque são 2 situações completamente diferentes. Até porque esse conhecimento, essa depuração dessas informações é muito mais importante do que a tecnologia da captação, porque é dessa decodificação ou dessa transcrição, dessa interpretação que se vai basear a prova. A forma da captação tem que obedecer, no meu ponto de vista — estou vendo que V.Sa. também foi nessa linha —, ao interesse da prova, de quem está fazendo efetivamente essa perícia.

Mais uma vez, fica reforçada aqui a necessidade de que toda interceptação telefônica seja acompanhada e fiscalizada de uma forma técnica, de que tenha pessoas específicas para dar tratamento a isso, porque, senão, nós vamos na ação empírica, vamos nessa ação impulsiva, e vão acontecer esses descabros que acontecem, às vezes incriminando pessoas ou às vezes perdendo provas fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta dentro da sua pergunta: tecnicamente, os equipamentos se equivalem, no entender de V.Sa?



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Sem dúvida alguma, sendo que o Sombra é melhor.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu acho que fica claro aqui, Presidente Marcelo Itagiba, exatamente essa necessidade do aprimoramento. É óbvio que nós não vamos condenar, julgar nada aqui, até porque não é o papel da CPI. Mas é o papel da CPI direcionar para um encaminhamento que seja facilitador. A CPI aqui não foi instalada para poder julgar e condenar ninguém, mas para poder fazer uma avaliação, pelo menos dos últimos 5 anos, do que tem acontecido com as interceptações telefônicas. E essa questão da interceptação, quer dizer, da tecnologia que é utilizada para interceptação, é fundamental. É fundamental até para que haja esse desdobramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quero aproveitar, Deputado Hugo, se V.Exa. me permitir...

A senhora já encontrou, na análise da prova técnica, por exemplo, a supressão de diálogos, embora, vamos dizer, o tempo da conversa seja X, e palavras que foram cortadas ou palavras que não estavam presentes dentro de um tempo de conversa estabelecido pela máquina ou registrado pela máquina?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, não. Isso os softwares não fazem. O que eles fazem é cortar a conversa, e ela começa num outro índice, entendeu? Uma conversa, na íntegra, não está num índice só; ela vai até um ponto e gera outro índice. Se, no fim daquela, começo da outra, alguma coisa se perdeu, por algum problema do *software* ou da máquina, nós não temos como avaliar, a não ser que haja mudanças de parâmetros que indiquem que ali algo se perdeu. Mas o que foi perdido nós não temos como saber. Para até ilustrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas já se constatou que houve perda?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Sim, podemos constatar que houve perda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a senhora já constatou tecnicamente, em alguma perícia que fez, a perda de diálogo?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Em alguns diálogos, sim. Uma outra coisa que eu acho que talvez ilustraria: esta semana, eu estou em



Campinas, num congresso que está acontecendo sobre lingüística. É um congresso internacional. E eu resolvi trazer material para trabalhar. Então, eu peguei os últimos 2 CDs que eu recebi na véspera, na sexta-feira. Quando eu peguei os CDs, criptografados. Só que eram só 2 conversas. Eu falei: *“Bom, 2 conversas...”*. Estou eu e minha assistente. Falei: *“Leva o seu laptop, eu levo o meu, o cabinho, à noite a gente deixa passando, e no dia seguinte a gente consegue trabalhar”*. Se não estivesse criptografado, aquilo ali era um tempo que eu iria ganhar. Às vezes vêm CDs inteiros criptografados, e eu sou obrigada a pedir para voltar, fazer nova cópia, tirar a criptografia. Um outro dado importante: o CD criptografado diminui de tamanho, então cabe mais conversa num CD. Eu acho que também isso aí é uma medida econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A senhora já, embora o seu trabalho seja de perícia, já trabalhou diretamente operacionalizando alguma dessas máquinas, em tempo real, junto ao Guardiã ou junto ao Sombra?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não. Não, e acho assim: não quero nunca, porque esse tipo de trabalho é um trabalho de monitoramento oral em que o técnico que está ali, primeiro, ele fica com várias conversas ao mesmo tempo. Ele vai monitorar vários alvos e ele tem que ficar atento porque, se em alguma daquelas conversas tiver algo que possa “estartar” alguma ação da Polícia, ele precisa... Então, eu acho que quem faz essa parte no tempo real tem que ser um policial, porque aí é um outro tipo de análise. Como foi a prisão do Pedro Dom, porque, na hora: *“Está indo daqui, está indo para tal lugar”*. A nossa parte não dá para ser assim, porque, como nós nos aprofundamos muito no diálogo, nós não podemos ter o tempo real, que é uma coisa muito limitada. O tempo real só garante uma ação naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual é o equipamento de que o MP do Rio dispõe, o Sombra ou o Guardiã?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Nenhum dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, nenhum dos dois?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - O MP não faz interceptação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, não tem interceptação?



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu queria fazer uma outra pergunta, Sr. Presidente.

Quando V.Sa. manifesta a possível desnecessidade de criptografia... Até lembro que algumas pessoas não sabem o que é criptografia, o que é linguagem criptografada, muito usada em computador, muito usada também nas comunicações: é uma forma de se impedir que o outro perceba o que se está falando. Falo isso para esclarecimento de algumas pessoas que não sabem o que é criptografia.

Mas, quando alega que a criptografia nesse aparelho, nessa tecnologia do Guardião, ela, ao invés de ajudar, atrapalha, ela foi feita por algum motivo e foi feita para preservar de outrem, de outra pessoa que pegue ou que inadvertidamente consiga ter esse material em mãos e fazer a oitiva desse material. Ela tem uma motivação, é óbvio.

V.Sa. é uma técnica que conhece o setor de fonética e fonoaudiologia, mas também, por estar no dia-a-dia, conhece a técnica. Se nós tirássemos a criptografia desses aparelhos, ou seja, usássemos, como V.Sa. disse, o BEDIN, isso também não traria uma certa insegurança, no momento em que aquela fita ou aquele CD gravado poderia cair em outras mãos ou de outro tipo de pessoa que não estivesse autorizada?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Bom, antes até de responder ao senhor, eu tive o cuidado de ler tudo o que foi falado nesta CPI desde o começo. Quando eu soube que eu viria aqui, talvez até por ser uma profissional da comunicação, eu queria saber o que estava sendo comunicado, o que estava sendo socializado em termos de conhecimento, e eu vi esses questionamentos com relação à criptografia. Criptografia é embalar segredos para viagem, basicamente: vamos pegar um segredo, embrulhar e mandar ele para a viagem, não é? O que acontece com essa criptografia do áudio? Em primeiro lugar, assim, eu tenho algumas sugestões de se criptografar o áudio para se ter uma noção da origem dele. Como eu expliquei em alguns dos eslaides, o nosso campo de audição é limitado, vai de 20 a 20 mil hertz. Sons acima de 20 mil hertz nós não escutamos. Vamos supor que eu tenha uma conversa de áudio e resolva colocar uma determinada



seqüência de sons, como se fosse um código morse, mas em 40 mil hertz. O ouvido humano não ia captar, e aquilo ia estar como uma marca d'água naquele áudio. Então, eu colocaria uma marcação no áudio que eu daria para ele, uma marcação no áudio que eu daria para ele, e isso não iria atrapalhar o meu trabalho em absolutamente nada, porque essa criptografia que é usada hoje impede a cópia.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, eu entendi.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Mas impede a cópia rápida. Ela impedir a cópia mesmo a partir do momento que se escuta, e eu acho que aí é a grande dificuldade... Para embalar segredo para viagem, tem que haver um desembalador no meio do caminho. Se o desembalador, no caso, é o ouvido, o cérebro humano, e o nosso cérebro não entende outra coisa que fique fora daquele campo dinâmico, na hora de desembalar, de a gente ouvir aquele CD criptografado, aquilo tem que ser transformar na conversa que qualquer ouvido aqui vai capturar. Então, se perdeu a função dessa criptografia. Existem outras formas de se proteger o áudio, mas, para criar essas formas, não basta saber manipular processamento digital de sinais, que é o que a engenharia faz com o áudio. É preciso conhecer a fisiologia da decodificação para saber o que é que eu posso colocar aqui que não vai mexer no meu conteúdo, que não vai alterar e que não vai ser percebido, a não ser sabido por quem colocou e quem vai checar aquilo de alguma forma.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Vejo que o caminho é a manutenção de uma segurança, mas uma segurança que não passe efetivamente por essa... que tenha que passar por decodificação, porque esse... Ele é uma marca d'água. V.Sa. está sugerindo uma marca d'água identificável. Inclusive, na hora em que rodar em algum aparelho, ele vai definir. O aparelho vai estar impedido de fazer a ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Hugo Leal, se V.Exa. me permitir mais uma vez, fica uma dúvida que talvez ela possa tirar para nós. Se o que o guardião produz é um CD que vai criptografado para alguém que, tecnicamente, vai ter que tirar essa criptografia para poder manipulá-lo, nós poderíamos presumir que os vazamentos que ocorrem de áudios que vão para a mídia televisiva só podem ser feitos se alguém tirar essa criptografia e entregar para os veículos de comunicação. Seria isso?



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Nem todos os CDs, eles começaram a vir com criptografia agora, muito recentemente, de 2007 para cá. Antes não tinha isso. Não vinha nada assim. Passou a vir. Agora, a partir do momento que se recebe um CD, para fazer o trabalho tem que tirar — quer dizer, tem que tirar, nós trabalhamos na cópia —, tem que tirar essa criptografia, sim. Mas como eu expliquei para os senhores, tirar a criptografia, principalmente o que vai para a mídia, são conversas pontuais, são selecionadas, são pinçadas. Aquela interessa para ir para a mídia; então, se tira aquela conversa. Qualquer técnico de áudio de um estúdio de garagem vai fazer isso de uma forma extremamente simples. Na minha concepção, o que poderia ser tentando e testado, como eu expliquei para os senhores, é: se eu recebo um CD e vou passar um CD para o senhor ou para o senhor, eu poderia colocar essa marca d'água e guardaria ela comigo. Eu botei tal marca d'água. Aí o senhor vai e disponibiliza esse CD para a mídia. Quando a mídia copia aquele áudio, já que eu não falei para ninguém, a marca d'água está indo junto. Quer identificar? Vai na origem. De onde veio? Saiu daqui, da minha máquina? Eu vou lá e digo: “Esse CD, esse áudio, eu disponibilizei para Fulano de tal, porque tem a marca que eu coloquei. Quer dizer, nesse aspecto, até de certa forma — eu sei que está sendo redundante —, mas eu passo a valorizar mais uma vez o trabalho do perito, porque, se o perito uma marca dele ali que ninguém sabe, ele também é capaz de chegar e falar o percurso daquele áudio.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É uma excelente forma de fazer o monitoramento. Cada vez mais eu fico consciente da necessidade do aprimoramento da técnica da escuta, desde o seu princípio, desde o deferimento da escuta até a sua transcrição, a sua utilização como prova. Cada vez mais eu me conscientizo aqui, nesta CPI, da necessidade de um aprimoramento muito mais profundo do que simplesmente uma mudança de legislação. Não é simplesmente uma mudança de legislação. Nós não estamos tratando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É uma mudança de cultura, não é?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É. Porque a mudança de legislação talvez seja a forma mais simples e rápida de se tentar resolver alguma coisa que tem um



nível de complexidade muito grande. E não dá para ser tratado dessa forma, num serviço de “vamos ver quem pode fazer e quem está na hora de fazer”.

Então, cada vez mais me preocupam as ações, quer dizer, as manifestações que são feitas nesta CPI, mas ao mesmo tempo vão esclarecendo, acho que para a sociedade e para nós aqui, como Parlamentares, a dimensão que toma uma prova dessa natureza e os percalços e as variáveis que incidem nessa prova.

Isso é óbvio. E V.Sa. trouxe essa manifestação aqui — vou encerrar a minha fala — e acho que reforçou muito aqui nesta Comissão, particularmente para mim, exatamente essa tese, essa preocupação que eu tenho de você manifestar uma prova dessa natureza sem ter... Não digo só a legislação, não só o cuidado legal. O cuidado legal que eu falo, a ação, o inquérito, acompanhando uma investigação dessas, todo aquele procedimento, mas principalmente o desdobramento dessa prova, da interceptação, quem está fazendo, como está fazendo, quem está fiscalizando, como vai ser depurada.

Cada vez fica mais claro, inclusive eu acho que tem um esforço. Nós estamos caminhando para isso. Aqui, ninguém está condenando Fulano, Beltrano. Acha que está fazendo errado, fazendo certo. Mas eu acho que esta CPI vai servir desse marco diferencial, para exatamente a gente saber o que a gente quer, o que nós queremos com relação à questão da prova.

Não vamos abrir mão dessa prova, que é uma importante prova de investigação criminal, mas também não vamos deixar a banalização acontecer, como acontece que qualquer ação, qualquer ação de fundo de quintal acaba se realizando sem nenhuma técnica, sem nenhuma perícia, às vezes, causando prejuízos tanto para a investigação quanto para pessoas inocentes.

Então, eu só queria, Sr. Presidente, fazer essa referência, agradecer a presença da Dra. Maria do Carmo. Eu fui um dos autores desse pedido. Fiquei bastante sensibilizado pela matéria que li no *Jornal do Brasil*. E hoje, infelizmente, por não ter assistido toda a apresentação, mas fiquei extremamente satisfeito pelas manifestações de V.Sa. Acredito que vai contribuir muito aqui com a CPI, não só na questão da esfera legal, do novo arcabouço legal para a questão das escutas, mas principalmente para os desdobramentos do que nós estamos perseguindo aqui, nesta CPI.



Então, Sr. Presidente, eu dou por encerrada a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Antes de passar a palavra para o testa larga Simão Sessim, nosso Deputado que tem brilhado com as suas perguntas e questionamentos nesta CPI, eu queria saber da nossa depoente se a senhora conhece, se existe algum curso de formação hoje no País, em alguma das academias de polícia deste País, que prepare as pessoas para a execução desse trabalho no qual V.Sa. é uma autodidata e hoje uma professora dessa matéria.

Então, se a senhora conhece, se existem nas academias de polícia, nos cursos de formação da Magistratura, nos cursos de formação do Ministério Público, alguma cadeira relacionada a essa atividade que a senhora desenvolve, tendo em vista que hoje nós constatamos nesta CPI que 409 mil interceptações foram feitas no ano de 2007.

Quer dizer, temos peritos suficientes e capacitados para fazer a análise em 409 mil interceptações, se fossem solicitadas?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não. Não temos e nenhuma academia de polícia tem algum curso dedicado a isso. Houve uma tentativa, no ano passado, um curso que levou 2, 3, 4 meses. Eu tive notícia de um projeto da SENASP de montagem de laboratórios. Vi o orçamento desses laboratórios. Acompanho tudo isso como espectadora, como cidadã, e confesso ao senhor que há uma grande vontade, mas não vi nenhuma efetividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) – Eu, daqui, olhei a pergunta que o Deputado Simão Sessim havia escrito e me antecipei a ele e a fiz.

Passo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sem dúvida, Sr. Presidente. Mas como aqui a gente já está jogando até ... o conjunto está tão perfeito e afinado que eu não precisaria nem mais perguntar. Mas não deixaria de pelo menos enfatizar preliminarmente a importância deste depoimento.

Para nós, sinceramente... Eu tenho dito aqui que o que inspirou o nosso Presidente a convocar esta CPI teve tudo a ver com uma notícia de jornal, em que até Ministros do Supremo estavam sendo gravados, escutas telefônicas ilegais. Enfim, o Presidente teve essa inspiração. Miram na CPI o que seria a escuta legal, a interceptação legal, interceptação ilegal, os equipamentos, e agora vem exatamente



a fase que esta semana nos premia que é a da parte científica do que, depreende-se, deve existir nessa prova, que é a perícia.

Eu confesso que, quando ele falou que durante todo o tempo da sua preleção, que foi bastante objetiva e de forma didática, eu, na minha formação de professor, falei na sua maneira professoral de falar, que realmente foi uma aula, uma aula e todo mestre é lição. V.S^a. é, sem dúvida alguma, não só uma autodidata, hoje eu diria que é uma professora no assunto. Por isso fiquei... Quando ele falou em viagem, a minha viagem aqui, é que eu fiquei aqui pensando como é que nós estamos diante, talvez, dos problemas mais sérios, mais importantes para esta Casa, não só a visão do Parlamentar... eu, o Deputado Marcelo Itagiba, o Deputado Hugo leal e todos os Deputados, membros desta Comissão. Nós temos a nossa preocupação com relação à legislação. Isso, sim, nós vamos aprimorar. Como diz o nosso Presidente muito bem, nós não estamos aqui buscando culpado; precisamos é aprimorar a nossa legislação. Mas a nossa legislação tem que ser... ela não pode ser utópica, ela tem que ter, na praticidade, ela tem que ter alguma coisa que nos leve a vê-la executada. Então, o que é que acontece? Eu verifiquei, na sua fala, na sua forma de colocar e nas perguntas que foram feitas aqui do nosso Presidente... Porque ele também é, antes de tudo, e vai ser sempre, um grande mestre na parte policial — ele é Delegado de Polícia, Secretário de Segurança —, a visão que ele tem desse problema é uma visão muito mais aprimorada do que a nossa, que estamos aqui apenas tentando legislar um assunto. E precisa aprender primeiro, para poder legislar. O Deputado Hugo Leal, que foi autor do requerimento — a iniciativa é dele de trazê-la aqui —, é um advogado emérito. Então, ele já colocou a importância da sua presença dentro da visão dele de advogado de que essa prova não é uma prova qualquer, não é uma prova banalizada. É uma prova, antes de tudo, científica, como V.S^a colocou, é a verdade cientificamente. Então, eu fico aqui... E a minha viagem foi para perguntar, Presidente — e aí eu me volto ao nosso Presidente —: será que nós conseguiremos sair desta CPI com uma legislação em que a gente acabe com essa banalização? De que forma vamos acabar? A pergunta está aqui: 409 mil — ele já fez a pergunta — interceptações, em 2007. Quantos peritos tivemos para isso? Só na Polícia Federal, 10% disso, 40 mil. Eu não sei quantos peritos a Polícia Federal tem. Mas imagino que não tenha a sua qualidade,



muitos não devem ter. Deve ser pego o biólogo, como V.S^a falou, ou alguém para escutar ou até o próprio policial e dá a interpretação ou então manda para os juízes, os juízes não têm quem faça. O Ministério Público talvez seja o que tenha menos interceptações solicitadas. Por isso, talvez, a qualidade do trabalho que é feito pelo Ministério Público — e V.S^a é uma das peritas chefes lá, me parece... eu acho que tem mais condições de dar qualidade à resposta que é solicitada pelo Judiciário.

Mas eu fiquei aqui me perguntando também se vamos chegar... E aí não sei se poderia colaborar V.S^a conosco. De que forma a gente pode exigir que essa prova só possa existir num processo, se for feita por pessoas, como disse o Presidente, capacitadas para fazê-la, não só a escuta, mas também a degravação, todas as fases que levam até chegar à perícia, para não deixar que o próprio advogado jogue por terra toda uma investigação que foi feita? V.S^a falou aqui que, por melhor que seja o aparelho, ele, numa quadrilha de 40 pessoas, por melhor que seja o *software*, ele não chega a pegar 10 vozes. Quer dizer, é tudo imprecisões, se for feito sem essa tecnologia, sem esse avanço tecnológico.

Então, nós temos que legislar, esse é o nosso grande drama. Como legislar? Exigir, na lei, que todas as pessoas sejam capacitadas, que os cursos existam, que só possa periciar quem realmente tem curso de perícia, que se forme perito. Estamos formando aí... Nós estamos avançando no ensino — aí eu vou para a minha área — profissionalizante. Temos hoje os CEFETs importantes. Já estamos indo para o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia, onde vamos formar tanta gente, pelo avanço tecnológico que o mercado de trabalho está exigindo. Por que não formar peritos também? São cursos de formação ou superior ou média, mas que precisam ser formados. Por que não se preocupar? Por que é que nós estamos avançando no equipamento e não estamos avançando na equipe, no pessoal que vai utilizar esse equipamento? Quer dizer, nós estamos diante de um quadro onde a Justiça, perdoem-me a palavra, não é uma Justiça verdadeira; ela é todo um amontoado de seqüências de erros que podem levar um advogado emérito a jogar tudo por terra. Então, a pergunta que eu faço é a seguinte: como é que nós podemos, além da exigência da qualificação do pessoal, exigir, por exemplo, que essa prova, que deveria ser excepcional, mas que está banalizada, pelo número que está aí, só pode valer se tiver a perícia sido feita? A senhora citou um caso concreto.



O Presidente perguntou se conhecia algum caso concreto. A senhora citou o caso de um policial que teve a sua... Ele foi criminalizado por uma gravação errônea que foi feita pelo seu telefone. Nós temos vários casos de homônimos, vários casos de homônimos. Então, nós ficamos aqui a perguntar... Isso tudo está passando, já são vários anos da lei, a lei tem 11 anos, vai para 12 anos, ela é de 1996; a lei não foi aperfeiçoada e nós temos que aperfeiçoar agora. O Governo se precipitou. O Ministério da Justiça, que me perdoe o Ministro, já se precipitou antes de ouvir esta CPI, já mandou uma lei para cá, já está aí a lei e nós teremos que adaptá-la ou fazê-la de maneira dentro daquilo que estamos vendo aqui. E quem, como V.S^a, leu todos os depoimentos que foram feitos aqui... A senhora deve estar imaginando o seguinte: isso é uma loucura. Nós ouvimos depoimentos aqui de gente que fala que o Guardião é melhor do que o outro, mas que não tem a capacidade para dizer isso. Foi o Diretor da Polícia Federal que disse. Ele disse aqui. Presidente, eu estou errado? Ele disse que o Guardião foi escolhido como o de maior avanço tecnológico e V.Exa. diz aqui que não é tão assim. Então, nós estamos diante de um quadro que, se tivesse que ser pintado, seriam aberrações. Eu fiquei... nessa viagem, Presidente, eu retorno dela com uma dúvida enorme: será que nós teremos, Presidente, capacidade suficiente? Que Deus lhe inspire e inspire o Deputado Hugo Leal e todos os membros desta Comissão para que a gente possa tornar essa prova realmente uma prova científica, verdadeira, que possa levar o criminoso à cadeia, mas que possa também absolver o inocente que está sendo punido de forma errada, às vezes por homônimo ou por telefone malfeito. Que a gente possa inspirar os nossos juízes a levar isso aí com seriedade: *“Não, eu não vou dar interceptação, a não ser quem vai...”* Quer dizer, se as operadoras vão se aprimorar para isso, se o vazamento não vai existir para não deixar desmoralizadas pessoas antes mesmo de ser apurado se a voz é realmente delas ou não...

Então, Sr. Presidente, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa viagem foi bem concatenada...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu estou pousando, Sr. Presidente, diante de um quadro...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou aproveitar para fazer um comentário.

Eu participei muito da discussão que antecedeu a existência de uma legislação que permitisse a interceptação telefônica no Brasil. Isso foi muito discutido dentro da Polícia Federal; foi discutido em vários seminários, principalmente com as polícias americanas, que se utilizavam bastante desse instrumento.

E, nessa sua viagem, eu também me transporte para aquele período e me recordo que, durante muito tempo, a interceptação foi utilizada como instrumento operacional. Ou seja, era um instrumento para que a Polícia realizasse, na verdade, os flagrantes de entorpecentes, que foi o objetivo primeiro da luta pela possibilidade de fazer interceptação.

Mas o aparato policial, o aparato do Ministério Público e o aparato judicial não estavam prontos para o segundo momento da interceptação, e não se encontram prontos até hoje. Tanto que vieram a desenvolver, no decorrer do processo, equipamentos para fazer a interceptação, que é justamente o da prova em juízo. E prova é coisa muito séria.

E eu digo o seguinte: a gravação de uma conversa telefônica é um corpo de delito. E todo corpo de delito — me corrija, Dr. Reale, que aí de longe me olha — tem que ser submetido, quando possível, a uma perícia técnica, a um exame pericial, para que possa efetivamente ser admitido como prova, direta ou até mesmo indireta. Mas há que se fazer a prova pericial.

E o que eu tenho ouvido aqui nesta Comissão — e sei por mim mesmo, que fui um operador de ponta na atividade policial; antes de ocupar cargos de direção, eu fui aquele que trabalhou na ponta, no dia-a-dia, na ação e no combate à criminalidade — é que nós nos esquecemos que a prova é uma coisa sagrada, que absolve ou condena alguém, e tem que estar submetida a determinados regramentos, sem os quais não é prova, na acepção técnica da palavra. Pode ser um indício, uma sinalização, um elemento a mais. Mas, para ser considerada como prova, tem que ser submetida a uma perícia.

E eu acho que é isso que eu, como operador, talvez não visse. Mas hoje, sentado na cadeira de Parlamentar, eu posso trazer aquela experiência, colocar



mais essa no caldeirão e talvez daí tirar o que o Hegel chamava de a síntese dialética, que é justamente você poder buscar aquilo que é o melhor.

E nós não temos que ter aquilo que é o melhor para a atividade da Polícia, nós temos que ter aquilo que é melhor para que a atividade policial faça aquilo que tem que fazer, que é prender o criminoso da maneira certa. Eu não sou daqueles que acham que os fins justificam os meios. E o que eu tenho visto hoje, na questão da escuta telefônica, é que os fins justificam os meios, porque eu vejo a Rodoviária, que não tem essa atribuição, fazer; eu vejo o Ministério Público, que também não tem essa atribuição, fazer; e eu vejo, muitas vezes, as decisões serem tomadas sem os mínimos cuidados de uma interpretação técnica, sem o trabalho de uma perícia técnica, feito por quem tem que ter a capacitação para exercer esse mister.

Então, eu queria fazer essas considerações apenas para me colocar ao lado do seu raciocínio e para que a nossa técnica possa formular, acredito eu, a sua última intervenção antes que nós encerremos esta audiência.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu já estou pousando dessa viagem. E, ao posar, eu gostaria só de deixar uma pergunta sobre a sua colaboração — que já foi importante —, essa aula, que nós teremos não só gravada, mas naturalmente vai ser deixado para nós todo esse material que foi exposto aqui, e com a sua voz professoral e com o seu depoimento eu tenho certeza de que nós teremos uma aula. Mas eu queria deixar aqui o seguinte: dentro da sua visão, nós podemos receber alguma sugestão que transforme em coisa legal, em uma prova científica de verdade, legislando? Nós podemos ter alguma...

Não, não precisa ser hoje! Você pode mandar futuramente, antes de nós encerrarmos! Se estiver pronta, ótimo!

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Bom, Deputado, o que eu posso pontuar de imediato, uma das coisas que eu aprendi na vida, é que nós evoluímos; a humanidade evolui, e as leis seguem atrás. Então, acho que não devemos nos sentir culpados de hoje estarmos vivendo uma situação em que essa lei não está adequada.

Estamos tratando de comunicação, que é algo também em constante evolução. E mais: o armazenamento dela para servir como prova, que é tecnologia. A tecnologia é muito veloz: a cada 6 meses, o que eu tenho se torna obsoleto. Eu



comprei este equipamento em fevereiro e já lançaram um melhor do que ele, com mais memória.

Então, a primeira sugestão é que se tenha um marco zero. Todas as vezes, na minha vida profissional, em que eu estive diante de situações que eram momentos diferentes, momentos de criação científica — como foi com a perícia em saúde ocupacional, em voz —, foram momentos em que precisei determinar um marco zero. O passado tem que ficar no seu lugar, que é passado, e a partir de hoje... E não devemos pensar num futuro de 10, 20 anos. Estamos falando de tecnologia. Vamos pensar num futuro de 5 anos. Algum dispositivo legal que deva ser avaliado, sim, a cada 5 anos. É uma sugestão. Que participe efetivamente da formulação do dispositivo legal o técnico, que — não sei se foi V.Exa. que disse ou se foi o Deputado Hugo Leal —, põe a mão na massa; que é quem efetivamente mexe nesses ingredientes e, no final, faz aquele produto.

Eu me coloco à disposição desta Casa para colaborar no que for preciso, tantas quantas forem as vezes que V.Exas. tiverem paciência de me ouvir.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Nós agradecemos.

Só para terminar, o seguinte: o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o nosso Estado, tem Guardião?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não. O Ministério Público não faz nenhuma interceptação.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ele pede à operadora, a operadora...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, não. São todas autorizadas judicialmente. Todas elas. E aí...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não, não digo na parte de perícia, não. Só para ter uma idéia.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não, mas é exatamente. Tudo o que eu recebo, todas elas, já vêm autorizadas e são gravações feitas pela Polícia.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Polícia Civil?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - CEAP e Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, a Polícia Federal se socorre também da perícia de vocês?



A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Não. O que acontece é que, em algumas situações, quando têm crimes de competência do Estado, aquele material acaba vindo para a gente também, mas nossa atuação é só o que for competência do Estado, só crimes de competência do Estado.

Então, eu recebo, na íntegra, mas...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Nessa trajetória enorme sua, da Prefeitura para...

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - O Ministério Público.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ...para a Polícia, para o Ministério Público, para a perícia, essa forma autodidata como se deu, esse entusiasmo, a paixão que tem pela profissão que hoje exerce, transformando-se hoje numa especialista, nisso tudo, a senhora se revoltou alguma vez por ver alguém punido criminosamente e achando que o seu trabalho foi totalmente inutilizado dentro da Justiça. A Justiça errou depois que a senhora achou... A senhora teve algum constrangimento em ver decisões errôneas da Justiça, diante de fatos... Não precisa citar o fato, só o seu sentimento.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Sem dúvida. Vou dizer uma coisa para o senhor. Eu nunca tive nenhum laudo meu derrubado ou contestado. Então, todas as vezes que eu atuei como perita, eu nunca tive esse sentimento, porque a coisa sempre chegou no fim que deveria chegar. Mas eu já vi situações outras, que eu pude acompanhar, ou que às vezes passaram depois por mim em algum outro momento, em que... Eu não diria revolta, porque, primeiro, eu sou uma pessoa extremamente tranqüila. A minha voz exatamente transporta como é a minha alma. Eu sou uma pessoa muito serena, até porque, para atuar no que eu faço, fazendo o que eu faço, com a responsabilidade que eu tenho, tem que ser alguém assim, muito sereno mesmo, porque isso é uma parte da imparcialidade. Então eu diria, assim, não revolta, mas talvez nesses anos todos eu sempre tive uma grande ansiedade da valorização da ciência. Isso é algo que eu percebo que esta CPI se propõe a fazer. Talvez já viesse com essa idéia, e hoje, a partir da minha fala, o sentimento que eu tenho ao ouvir os senhores é exatamente essa preocupação pelo que é melhor para todos nós, e esse melhor para todos nós — o senhor, como



professor, sabe — passa fundamentalmente pela educação, pelo desenvolvimento, pelo profissionalismo de quem exerce essa função.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Quando o perito oficial, no caso da Justiça, ele emite o seu parecer, e a parte, o advogado da parte, o réu contrata um outro perito, se esse perito der um laudo diferente do oficial, como é que desempata? O juiz designa um outro, ou se baseia no oficial? É só para eu ter uma idéia. Eu não conheço isso, sou leigo.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - O que acontece normalmente? Na grande maioria dos casos... A Polícia Civil do Rio de Janeiro não tem esse trabalho, não faz, não tem perito para isso. Então não tem. O Tribunal de Justiça tem um convênio com uma instituição, que é a FAEPOL, para prestar essa assistência enquanto perito do juízo. Eu sou sempre Ministério Público. O que acontece? Se há uma divergência, o juiz pode solicitar a uma outra perita, porque ele não é adstrito ao laudo, ele não é obrigado a concordar com laudo A, B ou C. Ele tem essa liberdade. Ele pode pedir uma outra perícia, ou não. Na maioria das vezes pede. Na minha vivência, até hoje eu só tive 2 casos em que...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - De contestação.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - É, mas eu atuando como perita do Ministério Público e sem perito do juízo, porque não tinha profissional para fazer. Então, primeiro, assim, o Ministério Público oferece o serviço. A parte concorda, e aí, se vier um laudo contrário, naquele momento discorda, não é? Então é até bastante conveniente. E aí pode contratar um outro perito, que acaba dando divergência. Aí sim o juiz vem e busca um terceiro. Nas 2 vezes em que isso aconteceu, o terceiro perito sempre acompanhou o meu laudo, então eu nunca vivi nenhuma situação de o meu laudo ser derrubado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Nós tivemos casos, acompanhamos alguns casos até de político que foi monitorado, gravado, e aí reclamou: *“Não, a voz não é minha...”* Então isso é dirimido dentro da Justiça com peritos contratados, além do Instituto... Carlos Éboli, não é? Além do instituto em que a Justiça se socorre, ele pode contratar um outro.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Pode. E existe...



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E essas *nuances* que fazem com que haja contraste de opiniões, elas são mais técnicas... são muito reclamadas pelo tipo de equipamento que foi usado, ou não?

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Foram só duas, então fica fácil eu situar o senhor. Numa delas, a análise foi toda baseada em espectrografia, 3 pontos. Um banquinho de 3 pés se derruba muito fácil, não é? Uma coisa é analisar 3 pontos e atribuir a voz a alguém, outra coisa é analisar 30 parâmetros de anatomofisiologia da comunicação humana. São 2 pesos muito diferentes.

Então o primeiro foi derrubado aí, e o segundo foi o do Dão, com a questão que... A única saída ali naquele caso era dizer que poderia ter havido edição, uma vez que eram blocos de comunicação e que esses blocos poderiam ter sido trocados de lugar. E exatamente na posição os blocos podem se trocar de lugar. Visualmente, ninguém vai notar. Mas, na hora que aperta o “*play*” e vai ouvir, ou é alguém com distúrbios paranóides falando, porque perdeu completamente o senso e a seqüência da fala, ou alguém pegou e trocou as falas de lugar. Nesse caso, não era nem muito difícil. A troca dos bloquinhos não alterava, porque ele só falava de 3 coisas: ou de tráfico de entorpecentes, de armas ou comandava homicídio. Então só trocava de lugar o tipo de conversa, não tinha outro tipo de conversa. Mas, enfim, era uma tentativa da defesa...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - De eliminar o laudo.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu estou imensamente satisfeito. Posso dizer a V.Exa. que não “viajei” um segundo, não tirei os olhos dali. Prestei atenção em tudo, até porque sou dado a apreciar e bater palma quando é uma aula. Quer dizer, faz parte da minha formação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu que agradeço ao Deputado Simão Sessim, que também enobrece a galeria desta Comissão, com fotografia ali também. Aliás, eu acho que há em todas as salas deste plenário uma fotografia do Deputado Simão Sessim. E V.Exa., como sempre, fez os questionamentos necessários e pertinentes. Esta é a razão pela qual eu sempre



deixo um requerimento à espera de V.Exa., para que V.Exa. sempre se faça presente aqui, porque a sua contribuição é imensa. E, tão logo possamos, vamos votá-los todos.

Eu gostaria então de, antes de encerrar esta sessão, dizer do prazer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito teve em receber a Sra. Maria do Carmo Gargaglione, que, com o seu conhecimento, trouxe bastantes esclarecimentos a esta Comissão.

Queria cumprimentar o Dr. Marfan, nosso Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que teve a sapiência de levá-la para o Ministério Público, para exercer e executar esse trabalho tão importante que a senhora vem executando no Ministério Público do nosso Estado — meu e do Deputado Simão Sessim. E só um homem com a visão do Dr. Marfan seria capaz de realmente promover esse avanço, que, ao que me parece, pelo menos eu não conheço exista em outro Ministério Público, de outro Estado.

Além do mais, eu gostaria também de parabenizar o *Jornal do Brasil* pela matéria que possibilitou chamar a atenção desta Comissão de Inquérito, para que V.Sa. hoje aqui estivesse, bem como parabenizar os autores do requerimento, que fizeram com que a senhora estivesse aqui hoje.

E nós também esperamos poder contar com a sua contribuição, porque dúvidas terão que ser dirimidas. Inclusive nós tivemos aqui um patrulheiro, um policial rodoviário federal que alega ter sido interceptada terceira pessoa, que não ele, e ele foi condenado com base nessa interceptação que alegava ser dele a voz. Talvez nós tenhamos que recorrer a V.Sa. para até dirimir essa dúvida para esta própria Comissão, fazendo um laudo. E eu espero que V.Sa. possa nos encaminhar um laudo que já executou, para que tenhamos os parâmetros de como são feitos esses laudos, porque isso com certeza ilustrará o trabalho desta Comissão.

Então, em nome da Comissão, agradeço a V.Sa. a presença.

A SRA. MARIA DO CARMO GARGAGLIONE - Eu que agradeço. Muito obrigada, mais uma vez, pela oportunidade. Como cidadã, eu me sinto muito orgulhosa de poder colaborar com esta Casa e me coloco à disposição, sempre que os senhores precisarem, a qualquer momento. Os senhores devem ter o meu contato. Têm o próprio contato do Ministério Público. Eu vou encaminhar todo este



material. São materiais pesados, então eu tenho que preparar, vou preparar um DVD para os senhores com tudo isso. Queria aproveitar e agradecer também ao Dr. Marfan, que me deu essa grande oportunidade de eu exercer o meu ofício com toda a dignidade, numa instituição que me dá absoluta e total liberdade para que apenas a ciência fale mais alto. Muito obrigada aos senhores. Até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Até a próxima.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se amanhã, dia 7 de maio, às 14h30min, no Plenário 4 do Anexo II, para tomada de depoimentos do Subtenente Edilson Soares de Melo, militar do Estado de Minas Gerais, e para deliberação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.